BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação Ideies
ISSN 2595-9247

Ano 3 – Número 21 – Maio de 2019

IDEIES

Apresentação

O Boletim Econômico Capixaba é uma publicação mensal do Instituto de Desenvolvimento Industrial e Educacional do Espírito Santo (Ideies), entidade do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e apresenta as principais análises e indicadores da economia brasileira e capixaba.

O objetivo do Boletim é reunir os últimos dados disponíveis para cada área. Assim, para algumas – como produção física, comércio, serviços e crédito –, a última informação refere-se a março de 2019. Para outras, como inflação, comércio exterior e finanças públicas, os números mais recentes são de abril de 2019. Os dados apresentados são aqueles disponíveis até o dia 30/05/2019.

A publicação está dividida em oito seções. A primeira se alterna a cada mês, ora trazendo um **Assunto em Destaque**, ora um **Especialista Convidado.** Nesta edição, o assunto em destaque é a proposta de Reforma da Previdência apresentada pelo Governo Federal a partir da PEC nº 6/2019.

A segunda seção – **Cenário Econômico** – mostra que as previsões para o crescimento do PIB em 2019 vem sofrendo sucessivas quedas. O PIB nacional do primeiro trimestre registrou baixa de -0,2% na comparação com trimestre anterior, a primeira queda nessa base de comparação desde o fim de 2016.

Já o IPCA acumulado em 12 meses até abril chegou a 4,94% no Brasil e 5,02% para a RGMV.

A terceira seção – **Mercado de Trabalho** – aborda os números da PNAD Contínua Trimestral, que revelaram taxa de desocupação de 12,7% no Brasil para o primeiro trimestre de 2019. No caso do Espírito Santo, a taxa foi de 12,1%.

Na quarta seção – **Desempenho Industrial** – os dados da produção física de fevereiro mostram que a indústria brasileira recuou -1,3% no mês de março, enquanto a capixaba teve alta de 3,6%, influenciada pelo avanço mensal da indústria extrativa (11,5%). A produção de pelotas de ferro no Espírito Santo é analisada em um box especial na seção.

A quinta seção – **Comércio Exterior** – indica que a balança comercial do Brasil e do Espírito Santo seguem superavitárias no primeiro quadrimestre do ano, com saldo de US$ 16,4 bilhões e US$ 520,1 milhões, respectivamente.

A sexta seção – **Crédito** – traz a ampliação marginal do saldo da carteira total no mês de março, tanto para o país (0,7%), quanto para o estado (1,6%). Na comparação contra março de 2018 o resultado é mais expressivo, com altas de 5,7% e 3,0%, respectivamente.

A sétima seção – **Finanças Públicas Estaduais** – mostra que no primeiro quadrimestre de 2019 o Governo do Espírito Santo acumulou receitas de R$ 6,57 bilhões e despesas de R$ 4,27 bilhões, valores que cresceram 21,5% e 4,6%, respectivamente, na comparação com os quatro primeiros meses de 2018.

A última seção apresenta os **Comentários Finais**.

O Ideies disponibiliza em seu portal o "Ideies em Dados", espaço que concentra os dados de diversas fontes oficiais, inclusive as utilizadas nesse boletim. Acesse em https://ideies.org.br/dados/.

Ótima leitura!

Seções

1. Assunto em Destaque – Reforma da Previdência 02
2. Cenário Econômico 05
3. Mercado de Trabalho 11
4. Desempenho Industrial 14
5. Comércio Exterior 19
6. Crédito 23
7. Finanças Públicas Estaduais 30
8. Comentários Finais 33

Publicação Ideies
ISSN 2595-9247
Ano 3 – Número 21 – Maio de 2019

1. Assunto em Destaque – Reforma da Previdência

A reforma da Previdência é o assunto com maior relevância na pauta econômica nacional. Isso tem a ver com as questões fiscais, demográficas e políticas que envolvem a atual estrutura previdenciária do país e a complexidade da reforma proposta.

Em 2018 o Brasil alcançou um patamar de 58% de comprometimento das suas despesas primárias com gastos previdenciários[1].

Esta altíssima participação tem se ampliado a cada ano e, como principal componente dos chamados gastos obrigatórios – aqueles determinados por lei e que não podem ser contingenciados – a Previdência contribui cada vez mais para o enrijecimento do orçamento público e a restrição do volume de gastos discricionários, aqueles não obrigatórios e que são direcionados para investimentos e prestação de serviços nas outras diversas áreas do governo.

O déficit previdenciário registrado apenas nas contas da União chegou a R$ 289 bilhões no ano passado e também tem crescido em ritmo acelerado. A previsão mais atual do Tesouro Nacional é de que o déficit alcance R$ 309 bilhões neste ano.

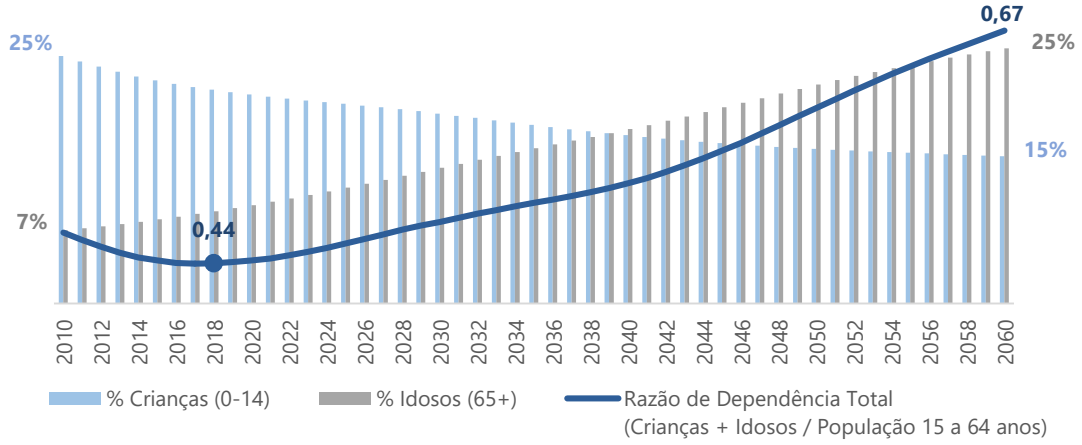
Acrescente-se à questão fiscal, os fatores demográficos – notadamente a tendência de envelhecimento da população – agravarão ainda mais o difícil panorama das contas públicas no Brasil.

Dados do Banco Mundial e do IBGE mostram que de 1960 até 2017 o número médio de filhos por mulher em idade reprodutiva caiu de 6,1 para 1,7 no Brasil. Já a expectativa de sobrevida dos indivíduos que alcançavam 65 anos subiu de 76,4 para 83,7 anos de idade, no mesmo intervalo de tempo.

Assim, com a proporção de idosos aumentando em velocidade superior à de crianças, o tamanho da população ativa será cada vez menos capaz de dar sustentação ao quantitativo de aposentados no país, dada a estrutura de repartição da Previdência Social. Ou seja, os dois movimentos combinados resultam em uma tendência de aumento da razão de dependência[2].

O chamado "bônus demográfico", período de tempo em que a razão de dependência vai apresentando redução, teve fim em 2018 no Brasil. Ou seja, a partir deste ano a população em idade não-ativa crescerá mais do que a população em idade ativa.

Gráfico 1 - Projeção do percentual de Idosos e Crianças na população brasileira e Razão de Dependência Demográfica Total



Fonte: IBGE
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

[1] Considerando os gastos previdenciários da União mais os gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Retirado do livro "Reforma da Previdência: por que o Brasil não pode esperar?", de Paulo Taffner e Pedro Nery (2018).
[2] A Razão de Dependência Demográfica é um cálculo que considera o total de crianças (0 a 14 anos) somado ao total de idosos (+65 anos), divididos pelo total da população potencialmente ativa (em idade entre 15 a 64 anos).

Apesar de ainda ter uma razão de dependência que situa o Brasil como um país de estrutura demográfica relativamente jovem, dados recentes do Banco Mundial revelam que o país gasta, como proporção do PIB, um valor comparável ao de países com população muito mais envelhecida, como Japão e Alemanha, e bastante superior que o da Suécia e da Dinamarca, por exemplo.

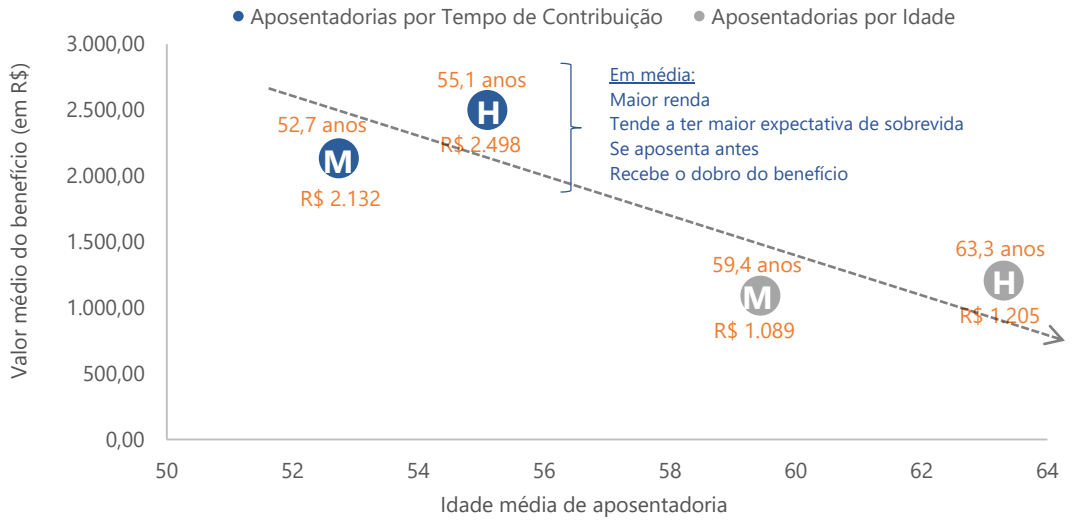
Os esforços de comparação mundial revelam alguns dos principais indicativos da necessidade de uma reforma na Previdência brasileira. O processo de envelhecimento populacional tem feito várias nações alterarem suas regras. Segundo levantamento do IPEA[3], entre 1995 e 2017, pelo menos 76[4] países promoveram aumento nas taxas de contribuição previdenciária e 55 aumentaram a idade mínima de aposentadoria. Este último item, aliás, tem sido uma pauta comum aos últimos governos: Fernando Henrique, Lula, Dilma, Temer e, agora, Bolsonaro apresentaram propostas para implementar uma idade mínima de aposentadoria para todos os brasileiros.

Apenas o Brasil e mais 12 países no mundo ainda mantêm regras de aposentadoria por tempo de contribuição sem idade mínima, algo que não acontece nas grandes nações desenvolvidas[4]. A implementação de uma idade mínima geral para aposentadoria é importante para minimizar umas das principais distorções do sistema previdenciário brasileiro.

De maneira geral, os indivíduos com maior escolaridade e renda são os que têm maior acesso aos empregos formais, o que os proporciona maior tempo de contribuição durante a vida laboral e aposentadorias mais precoces, por tempo de contribuição. Por outro lado, aqueles que têm menos acesso aos empregos formais tendem a passar mais anos trabalhando na informalidade, o que os impede de se aposentar por tempo de contribuição e os empurra para a aposentadoria por idade ou até mesmo para a assistência social, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O saldo final, como mostram os dados retirados do Boletim Estatístico da Previdência Social de dezembro de 2018, é que os aposentados por tempo de contribuição trabalham menos tempo e recebem aposentadorias maiores e por maior período do que aqueles que acabam precisando se aposentar por idade.

Gráfico 2 – Idade média e benefício médio das aposentadorias de homens e mulheres, por tempo de contribuição e por idade no RGPS – dezembro/2018



Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social – Dezembro/2018
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

[3] Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33578
[4] Os outros 12 países sem idade mínima são Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Egito, Equador, Hungria, Iêmen, Irã, Iraque, Luxemburgo, Sérvia e Síria, segundo Texto para Discussão nº 190 de março/2016 – Senado Federal, disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518439/Textos_para_discussao_190.pdf

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n° 6/2019, que trata da atual proposta de Reforma da Previdência em tramitação no Congresso Nacional, prevê a implantação de idade mínima de aposentadoria aos 62 anos para as mulheres e aos 65 anos para os homens. Isso fará com que os indivíduos que atualmente se aposentam por tempo de contribuição aumentem a quantidade de anos trabalhados, o que eleva a contribuição total e reduz o tempo de recebimento de benefícios. Para aqueles que hoje já se aposentam por idade, o impacto será muito menor, o que, no fim das contas, acaba por tornar o sistema mais equilibrado. Vale ainda ressaltar que os dados de dezembro de 2018 mostram que cerca de 61% dos beneficiários do Regime Geral recebiam até um salário mínimo e, na média, já se aposentam com idades mais avançadas.

Outra mudança importante que visa equilibrar a Previdência Social tornando-a menos regressiva é a proposta de mudança na contribuição, unificando as alíquotas do Regime Geral e dos Regimes Próprios que abarcam os servidores públicos. A premissa é semelhante à já aplicada para o Imposto de Renda: quem recebe maiores salários terá alíquotas proporcionalmente maiores.

Essa mudança acarretaria, inclusive, em uma redução no valor de contribuição dos trabalhadores que recebem até um salário mínimo, enquanto geraria aumento dos valores de contribuição daqueles que recebem os maiores salários (ver tabela 1).

A PEC nº 6/2019 está em tramitação na Câmara Federal, já tendo sido aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, que julgou a constitucionalidade da proposição. Agora se encontra na Comissão Especial para uma análise de mérito, ou seja, para avaliação e debate sobre cada ponto da proposta e realização de eventuais ajustes[5].

Alguns elementos presentes na PEC foram avaliados por especialistas como mais polêmicos e deverão suscitar os maiores embates na Comissão Especial. Um deles diz respeito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), que foi incluído na proposta apesar de não se tratar exatamente de um benefício previdenciário, mas sim assistencial. Ele é concedido a idosos a partir de 65 anos ou pessoas com deficiência, em condição de miserabilidade. Hoje, o benefício é de um salário mínimo, mas a proposta de mudança, que afetaria apenas os idosos, seria de antecipar o recebimento para os 60 anos de idade com um valor de R$ 400, que se transformaria em um salário mínimo quando alcançados os 70 anos de idade.

Tabela 1 – Alíquotas atuais de contribuição e proposta unificada da PEC nº6/2019 – RGPS e RPPS

Hoje - Regime Geral (RGPS)

Faixa Salarial (R$)	Alíquota efetiva
Até 1.751,81	8%
1.751,82 a 2.919,72	9%
2.919,73 a 5.839,45	11%

Hoje - Regime Próprio (RPPS União)

Situação	Alíquota efetiva
Ingresso até 2013 s/ adesão à Funpresp	11% sobre todo o vencimento
Ingresso até 2013 c/ adesão à Funpresp	11% até o teto do RGPS
Ingresso a partir de 2013	11% até o teto do RGPS

Proposta Unificada - RGPS e RPPS

Faixa Salarial (R$)	Alíquota efetiva*
Até 1 Salário Mínimo (SM)	7,50%
998,01 a 2.000,00	7,5% a 8,25%
2.000,01 a 3.000,00	8,25% a 9,5%
3.000,01 a 5.839,45 (teto do INSS**)	9,5% a 11,68%
5.839,46 a 10.000,00	11,68% a 12,86%
10.000,01 a 20.000,00	12,86% a 14,68%
20.000,01 a 39.000,00	14,68% a 16,79%
Acima de 39.000,00	+ de 16,79%

* Alíquota efetiva resulta da aplicação da alíquota progressiva sobre cada faixa salarial.
** No caso do RGPS, respeita se o limite de contribuição até o teto do INSS.

Fonte: Ministério da Economia

[5] Para detalhes adicionais sobre as mudanças propostas na PEC, veja apresentação organizada pelo Ideies, disponível em: https://ideies.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Reuni%C3%A3o-de-Conselho-Marco_2019.pdf

Outra alteração já questionada publicamente por alguns parlamentares é da proposta que dificulta o acesso ao abono salarial (PIS/Pasep), que hoje é destinado a trabalhadores com renda mensal de até dois salários mínimos por mês, e que passaria a ser restrito aos trabalhadores que ganham até, no máximo, um salário.

Por fim, um ponto fundamental, mas ainda não totalmente detalhado na PEC, é a criação de um sistema de capitalização, que substituiria gradualmente o atual sistema de repartição. O texto da PEC abre essa possibilidade que, caso aprovada, seria regulamentada posteriormente por lei específica.

Após todos os debates, ajustes e eventual aprovação na Comissão Especial, a Proposta de Emenda à Constituição irá para votação em plenário na Câmara dos Deputados.

Para aprovação de matérias desse tipo é necessário um quórum qualificado, com pelo menos 3/5 de votos favoráveis, em dois turnos de votação.

No caso da Câmara isso representa 308 votos. Atualmente, segundo monitoramento realizado pelo Valor Econômico[6] (até o dia 30/05), a proposta conta com apoio - parcial ou total - de 230 deputados, com 144 contrários e 149 ainda indefinidos.

A expectativa do Governo Federal é de que as mudanças contidas na PEC gerem uma economia de R$ 1,2 trilhão em 10 anos para a União[7]. Os impactos que a aprovação da Reforma da Previdência poderá gerar vão além deste importante fôlego fiscal que o país ganharia no curto/médio prazo. Eles têm potencial para influenciar diversos aspectos da economia, com desdobramentos sobre a confiança dos agentes nacionais e internacionais no país, perspectiva de aumento de investimentos públicos e privados, além de pavimentar o caminho para a melhoria de alguns indicadores fundamentais, como a estabilização da dívida pública, manutenção da taxa de juros em patamares mais baixos, controle da inflação, maior crescimento econômico e redução do desemprego.

Tabela 2 – Previsão de indicadores econômicos em cenários com e sem Reforma da Previdência

Indicadores - Brasil	Resultado em 2018	Previsão para 2023	
		Com reforma	Sem Reforma
Resultado Primário do Governo Central (% do PIB)	-1,6	1,1	-1,0
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	77,1	76,1	102,3
Taxa Selic (% a.a.)	6,5	5,6	18,5
Crescimento anual do PIB (%)	1,2	3,3	-1,8
Taxa de Desemprego - média anual (%)	12,3	8,0	15,1

Fonte: Ministério da Economia

2. Cenário Econômico

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central confirmou a expectativa do mercado e manteve, por unanimidade, a Selic em 6,50% ao ano. Em reunião realizada nos dias 07 e 08 de maio, o comitê justificou a decisão enfatizando que os indicadores recentes da atividade econômica sugerem que o arrefecimento observado no final de 2018 teve continuidade no início de 2019.

O Copom destacou que considera a retomada do processo de recuperação da atividade econômica gradual e que o cenário externo permanece desafiador, uma vez que os riscos associados a uma desaceleração da economia global permanecem.

Por conseguinte, ressaltou que os próximos passos da política monetária continuarão dependendo da atividade

[6] O monitoramento atualizado diariamente está disponível em: https://www.valor.com.br/reformadaprevidencia
[7] Adicionalmente, já foram veiculados pelo Ministério da Economia um impacto positivo esperado em 10 anos de cerca de R$ 52 bilhões para os estados da Federação, referentes às futuras mudanças que atingiriam os policiais militares e bombeiros (propostas em projeto de lei específico que trata dos militares), além de uma economia de R$ 170 bilhões para os cerca de 2,1 mil munícipios do país que têm regimes próprios.

econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação. Sobre este último aspecto, afirmou que o processo de reformas e de ajustes é essencial para a manutenção da inflação baixa no médio e longo prazos.

Em relação à reforma da previdência, no último dia 22, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, assinou a prorrogação do prazo para o envio de emendas, passando de 23 de maio para o dia 30 do mesmo mês. A data-limite para a entrega do relatório foi mantida em 15 de junho.

De acordo com o Copom, os indicadores disponíveis sugeriam probabilidade relevante de que a atividade econômica tivesse recuado ligeiramente no começo do ano.

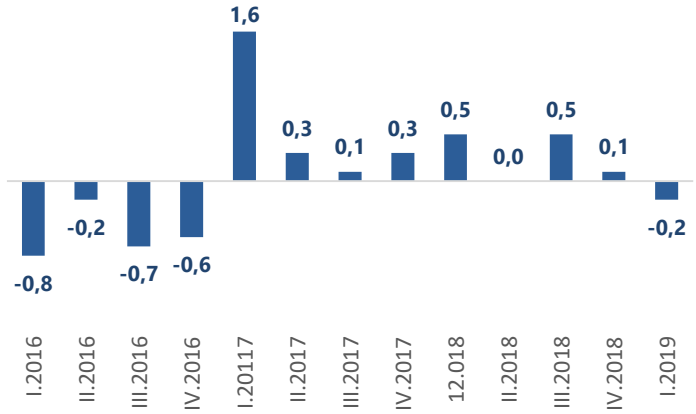
O resultado divulgado pelo IBGE no dia 30 confirmou queda de -0,2% no PIB brasileiro no primeiro trimestre deste ano, na comparação com o trimestre imediatamente anterior. Foi a primeira queda depois de oito trimestres nessa base de comparação. Em relação ao primeiro trimestre de 2018, houve alta de 0,5%.

Os indicadores do primeiro trimestre induziram revisões substantivas nas projeções para o crescimento do PIB em 2019, de acordo com a Pesquisa Focus, do Banco Central. Essas revisões refletem um primeiro trimestre aquém do esperado.

Os analistas das instituições financeiras baixaram, pela 13ª vez seguida, a estimativa para o crescimento da economia brasileira neste ano. As previsões caíram de 1,24% para 1,23% na pesquisa semanal Focus, divulgada pelo Banco Central nesta segunda-feira (27). O início das revisões para baixo nas expectativas de crescimento do PIB deste ano se deu em fevereiro, após a divulgação do PIB de 2018 – quando a economia avançou apenas 1,1%.

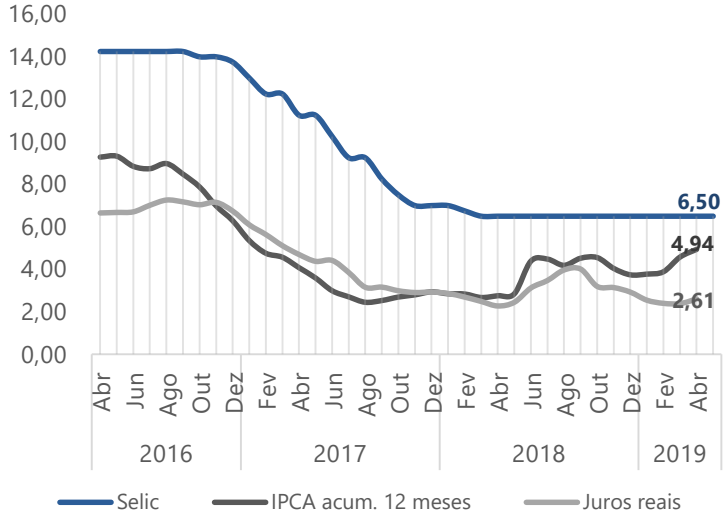
A estimativa do IPCA, índice oficial de inflação, se manteve estável em 4,07% para 2019. A projeção para o índice em 2020 seguiu em 4,00%. A perspectiva permanece dentro da meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 4,25% para 2019 e de 4,00% no próximo ano, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Gráfico 3 - Variação (%) trimestral do PIB Brasileiro, contra trimestre imediatamente anterior



Fonte: IBGE
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 4 - Evolução da Selic, IPCA acumulado em 12 meses e Juros Reais (%)



Fonte: Banco Central do Brasil; IBGE; LCA
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

A mediana das estimativas para a taxa básica de juros não sofreu alterações para 2019 (6,50%), nem para 2020 (7,25%).

No acumulado em 12 meses até abril de 2019, o IPCA está em 4,94%, acima dos 4,58% registrados no acumulado até março. Foi o maior índice nesta base de comparação desde janeiro de 2017 (5,35%) e acima do centro da meta de inflação para este ano[8].

[8] Para mais informações veja Nota Conjuntural IPCA elaborada pelo Ideies, disponível em: https://ideies.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Nota_IPCA_Abril_2019.pdf

No mês de abril, o resultado do IPCA sofreu forte influência dos grupos Alimentação e bebidas (0,63%), Transportes (0,94%) e Saúde e cuidados pessoais (1,51%). Juntos, estes três grupos responderam por 89,5% do índice do mês, que variou 0,57% e ficou 0,18 p.p. abaixo da taxa de março (0,75%).

Para maio, a inflação deverá refletir o aumento de 3,43% no preço do botijão nas refinarias, autorizado pela Petrobras e em vigor desde o dia 05 e, também, o início da cobrança da bandeira amarela no consumo da energia elétrica, que acrescenta R$ 1,00 a cada 100 kW/h consumidos, de acordo com informações divulgadas pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica)[9].

Na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), a inflação mensurada pelo IPCA cresceu 5,02% em 12 meses. Nesta base de comparação, os preços administrados[10] (7,38%) tiveram um peso significativo na composição do índice, acima da média nacional (6,75%). As maiores variações vieram do gás veicular (23,98%), da energia elétrica residencial (14,30%) e ônibus interestadual (11,29%).

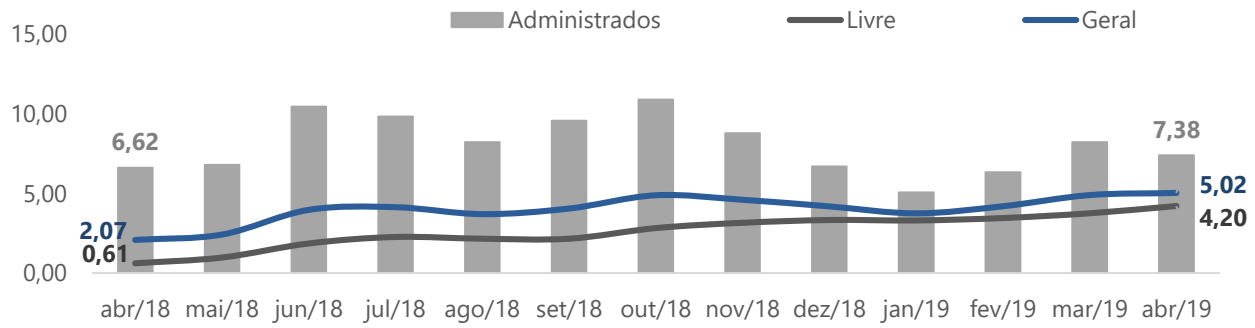
Na análise mensal o índice na RMGV foi de 0,32% em abril, a segunda menor variação entre as 16 áreas pesquisadas e abaixo da média nacional (0,57%), representando uma desaceleração em relação à taxa registrada em março de 2019 (0,39%).

Tabela 3 - Variação (%) do IPCA - abril de 2019

Período	Brasil	RMGV
No mês	**0,57**	**0,32**
Preços Livres	0,41	0,54
Preços Administrados	1,03	-0,30
Acumulado em 12 meses	**4,94**	**5,02**
Preços Livres	4,32	4,20
Preços Administrados	6,75	7,38
Acumulado no ano	**2,09**	**1,57**

Fonte: IBGE; Ideies
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 5 - Variação (%) acumulada em 12 meses do IPCA da RMGV

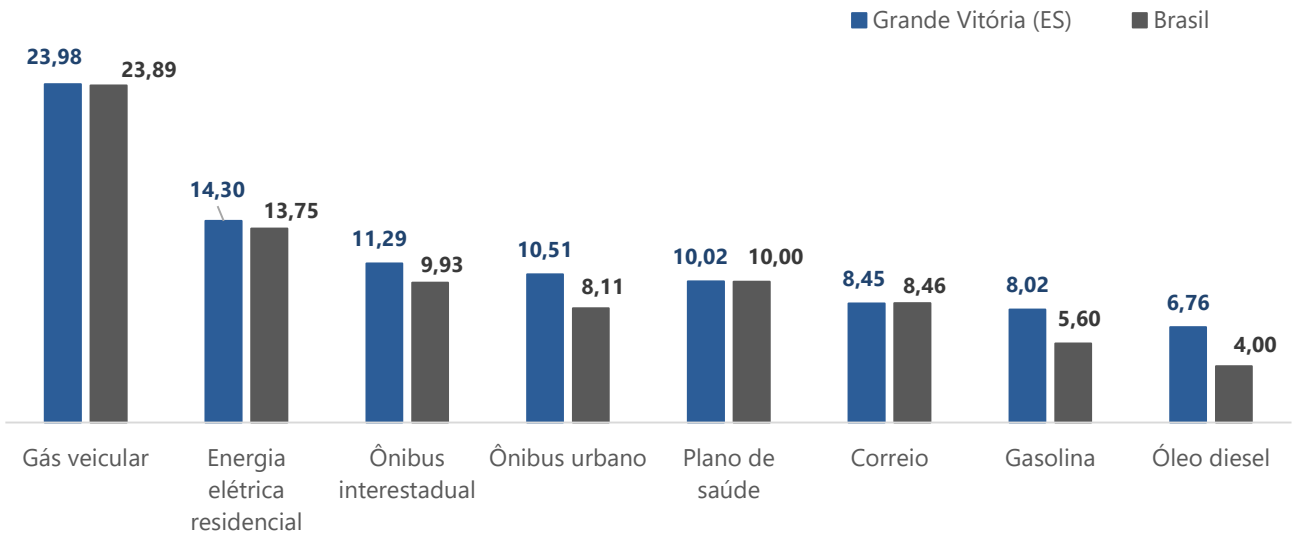


Fonte: IBGE
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

[9] Sobre este aspecto, a Aneel aprovou, no último dia 21, a resolução que estabelece as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias com vigência em 2019. A proposta aprovada altera o valor das bandeiras tarifárias a partir de 1º de junho. A bandeira amarela passa a R$ 1,50 a cada 100 kWh, já a bandeira vermelha no patamar 1 custará R$ 4,00 a cada 100 kWh, e no patamar 2, R$ 6,00 a cada 100 kWh.

[10] Os produtos e serviços que compõem o IPCA podem ser divididos entre os que têm preços livres, ou seja, que variam de acordo com o mercado, e os que têm preços administrados, que são os preços regulados por contrato ou por órgão público.

Gráfico 6 – Variação (%) acumulada em 12 meses dos principais preços monitorados – Grande Vitória e Brasil – abril de 2019



Fonte: IBGE
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Além do resultado trimestral do PIB, o resultado do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) também indicava o viés de baixa na economia nacional. Com objetivo de mensurar a evolução da atividade econômica do país, o indicador possui metodologia diferente do PIB, mas indica o comportamento das contas nacionais e contribui para elaboração de estratégia da política monetária.

No primeiro trimestre de 2019, o nível atividade econômica do Brasil cresceu 0,23%, na comparação com janeiro a março de 2018, de acordo com os dados divulgados pelo BC no último dia 15. Neste período, a indústria caiu -2,2% e os serviços cresceram 1,1% enquanto o varejo aumentou apenas 0,3%, segundo o IBGE.

Influenciaram negativamente a atividade industrial nos primeiros três meses do ano o rompimento da barragem em Brumadinho (MG), a crise cambial da Argentina, que limitou a exportação de automóveis, e o atraso para tramitação da reforma da Previdência.

Na análise mensal o IBC-Br fechou com retração de -0,28% em março. Com o terceiro mês consecutivo em queda, o resultado nacional reforçou a dificuldade da economia em ganhar ritmo e confirmou a tendência de baixa registrado pelo PIB do primeiro trimestre.

O IBCR do Espírito Santo cresceu 3,11% em 12 meses encerrados em março, valor superior ao registrado pelo Brasil (1,05%)[11].

Na comparação entre o acumulado dos primeiros três meses de 2019 e o mesmo período de 2018, o IBCR-ES acumulou alta de 2,01%, valor significativamente superior ao nacional.

No mês de março, na comparação com fevereiro de 2019, a atividade econômica do Espírito Santo retraiu -0,30%, desempenho muito próximo ao do Brasil (-0,28%).

[11] Para mais informações veja Nota Conjuntural IBCR-ES elaborada pelo Ideies, disponível em: https://ideies.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Nota-IBCR_Marco_2019-v1.pdf

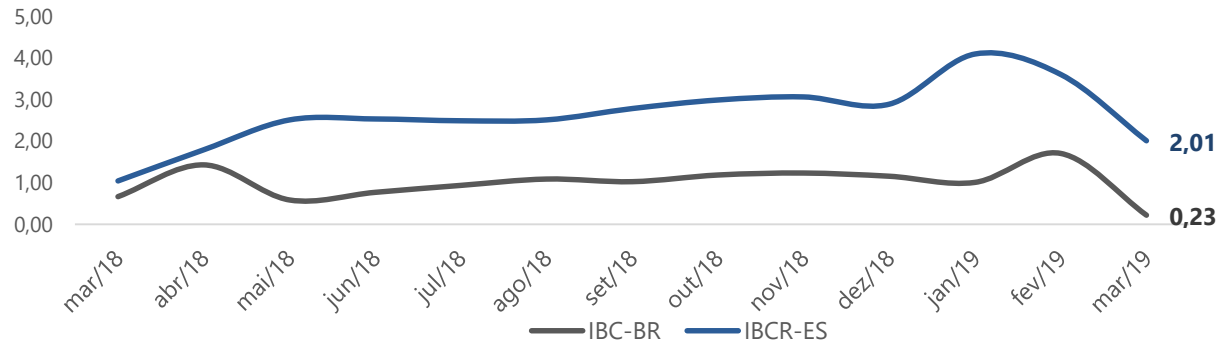
Tabela 4 - Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Mar 2019 / Fev 2019[1]	Mar 2019 / Mar 2018	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	-0,28	-2,52	0,23	1,05
Índice de atividade econômica regional ES	-0,30	-1,02	2,01	3,11
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	-1,3	-6,1	-2,2	-0,1
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	3,6	-11,1	-8,5	-2,3
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	0,3	-4,5	0,3	1,3
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	1,6	2,6	7,9	7,4
Volume de vendas do comércio varejista ampliado[2] - Brasil	1,1	-3,4	2,3	3,9
Volume de vendas do comércio varejista ampliado[2] - ES	2,0	-4,3	6,1	10,3
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	-0,7	-2,3	1,1	0,6
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	1,3	-3,8	-1,9	-1,4

[1] Valores com ajuste sazonal
[2] Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito.
Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

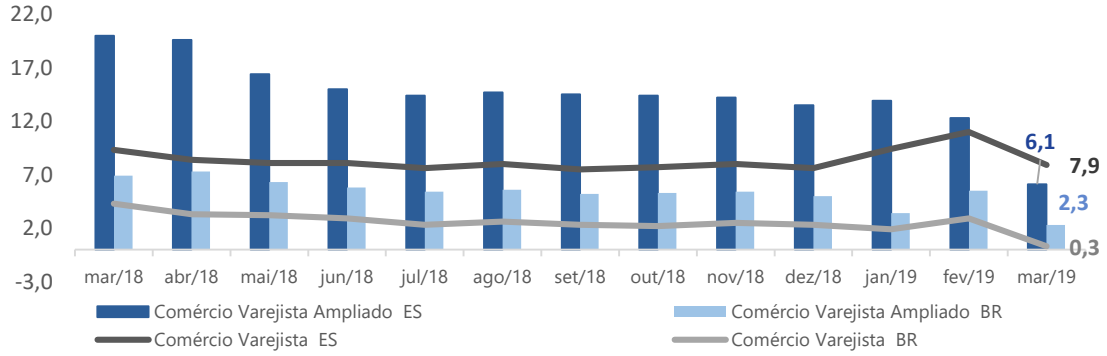
Analisando o resultado para a atividade econômica do Espírito Santo pelas pesquisas mensais do IBGE, o desempenho no primeiro trimestre de 2019 foi influenciado positivamente, pelo aumento no volume de vendas no comércio varejista (7,9%), uma vez que o nível de produção industrial recuou -8,5% e o setor de serviços, -1,9%.

Gráfico 7 - IBC-BR vs IBCR-ES - Variação (%) acumulada no ano



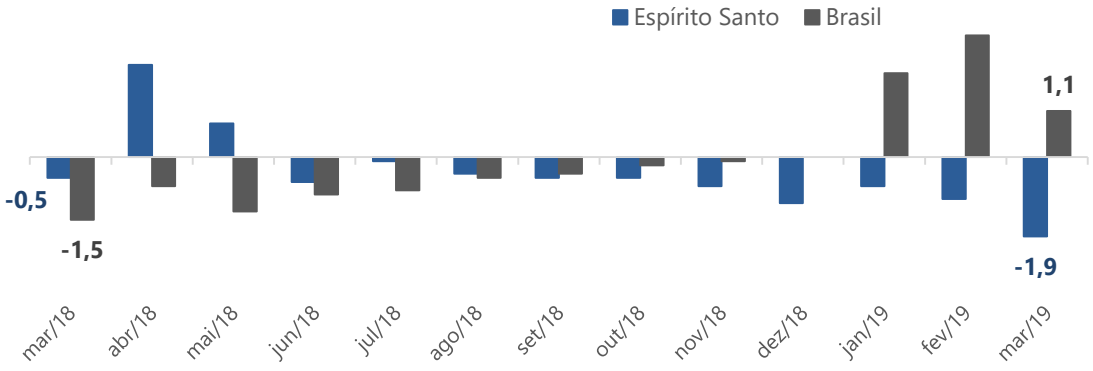
Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 8 - Volume de vendas no Comércio Varejista e do Comércio Varejista Ampliado – Variação (%) acumulada no ano



Fonte: IBGE
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 9 - Volume de Serviços - Variação (%) acumulada no ano



Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

O cenário brasileiro no primeiro trimestre de 2019 mostrou que os indicadores econômicos estão em desaceleração, resultando em fraco desempenho do PIB no período. O nível de ociosidade da economia nacional produz viés baixista para a trajetória inflacionária.

Em meio aos sucessivos cortes na projeção do PIB deste ano o Ministério da Economia divulgou, no último dia 23, que prepara o lançamento de medidas para tentar aquecer a atividade econômica no país. Dentre as ações, estão iniciativas voltadas ao mercado de capitais, a facilitação de crédito[12] e, segundo o secretário especial de Fazenda Waldery Rodrigues, a liberação de R$ 22 bilhões do PIS/Pasep para a população.

O desempenho econômico aquém do esperado afetou as expectativas de receita do governo e provocou, em março, um contingenciamento de R$29,8 bilhões que atingiu órgãos do Executivo. No entanto, o governo federal anunciou no último dia 22 que usará recursos da reserva orçamentária para desbloquear parte do recurso da educação que havia sido bloqueado. O Ministério do Ambiente também receberá verbas provenientes desta reserva.

Segundo o subsecretário de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, Marco Cavalcanti, há expectativa de que com aprovação de reformas, como a da Previdência, a arrecadação cresça mais.

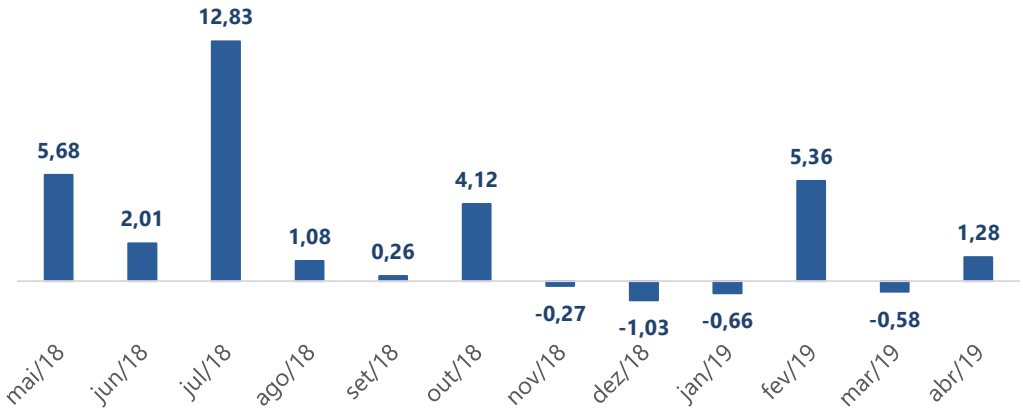
No acumulado de janeiro a abril de 2019, a arrecadação registrou o valor de R$ 524,37 bilhões, acréscimo real de 1,14% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho acumulado no ano é o melhor para o período em cinco anos, na série atualizada pela inflação. A alta do primeiro quadrimestre reflete o acúmulo registrado com o Imposto de Renda (IR) e contribuições sociais relativas ao ano anterior.

Especificamente no mês de abril, a arrecadação de impostos, contribuições e demais receitas federais registrou alta real (descontada a inflação) de 1,28% na comparação com o mesmo mês do ano passado, de acordo com os dados da Receita Federal. Este foi o melhor resultado para meses de abril desde 2014.

No entanto, a arrecadação vem oscilando. Em março, havia registrado uma queda real de -0,58%. Em fevereiro, havia subido 5,36%, mas, em janeiro, houve um recuo de -0,66%. Nos últimos seis meses, a arrecadação recuou em quatro deles, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

[12] O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, informou que parte das ações deve ser detalhada pelo Ministério da Economia no dia 3 de junho em São Paulo, em conjunto com representantes do Banco Central (BC), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Gráfico 10 – Variação (%) real da Arrecadação Federal (em relação ao mesmo período do ano anterior)



Fonte: Receita Federal
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

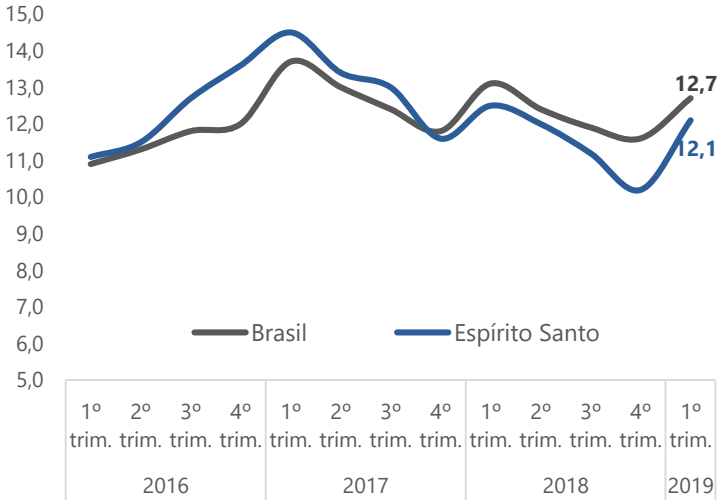
A arrecadação avançou em abril, entre outros fatores, por conta do crescimento das receitas com royalties do petróleo, com alta de 30,98% contra o mesmo mês do ano passado, que somaram R$ 11,03 bilhões. Também cresceu a arrecadação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da CSLL (Contribuição Social sobre o lucro líquido), para R$ 21,12 bilhões. Outro fator que contribuiu para o incremento das receitas foi a alta do dólar, que elevou a arrecadação do Imposto Sobre Importação e do IPI Vinculado à Importação.

3. Mercado de Trabalho

No primeiro trimestre de 2019, a taxa de desocupação na economia brasileira ficou em 12,7%, número 0,4 p.p. inferior ao registrado no primeiro trimestre de 2018 e 1,1 p.p. superior se comparado aos meses de outubro a dezembro de 2019, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicilio Contínua Trimestral (PNADC/T)[13] do IBGE. Em números absolutos foi estimado um total de 13,4 milhões de pessoas desocupadas no Brasil.

O aumento na taxa de desocupação na passagem do último trimestre do ano passado para o primeiro de 2019 já era um movimento esperado após o período de fim de ano.

Gráfico 11 - Evolução da taxa de desocupação - Brasil e Espírito Santo (%)



Fonte: IBGE
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

[13] As definições das variáveis da PNADC/T utilizadas estão no glossário no final da seção.

Em relação aos estados brasileiros, as taxas de desocupação mostraram que o desemprego não está distribuído de forma uniforme entre as unidades federativas, variando entre 7,2% para Santa Catarina a 20,2% para o Amapá.

Para o Espírito Santo, a taxa de desocupação no 1º trimestre de 2019 foi de 12,1%, percentual 0,6 p.p. inferior ao registrado pela média nacional. Ao todo, 260 mil pessoas no estado não conseguiram uma ocupação no mercado de trabalho no período analisado.

Na comparação com mesmo trimestre do ano anterior, houve uma redução de 0,4 p.p na taxa de desocupação. Entretanto, ao confrontá-la com trimestre encerrado em dezembro de 2019, o aumento foi de 2,0 p.p.

De modo geral, assim como o comportamento do mercado de trabalho nacional, a proporção de pessoas desocupadas em relação ao total da força de trabalho capixaba apresenta uma tendência de redução desde os três primeiros meses de 2017.

Tabela 5 – Estimativas da PNADC/T para o Espírito Santo – 1º trimestre de 2019

	1º trim. 2019	1º trim. 2019 / 4º trim.2018	1º trim. 2019 / 1º trim.2018
Taxas	**(%)**	**Variação (p.p)**	
Taxa de desocupação	12,1	2,0	-0,4
Nível da ocupação	58,1	-0,4	1,8
Taxa de participação na força de trabalho	66,1	0,9	1,8
Quantidade	**(milhares)**	**Variação (%)**	
Na força de trabalho	2.137	1,6	3,7
Desocupada	260	21,0	0,5
Ocupada	1.878	-0,7	4,1
Empregado	1.232	-2,1	3,8
Empregador	88	2,4	-0,3
Conta própria	490	4,4	8,8
Trabalhador familiar auxiliar	68	-11,3	-12,3

Fonte: PNAD-C/IBGE
Elaboração: Ideies/Sistema Findes

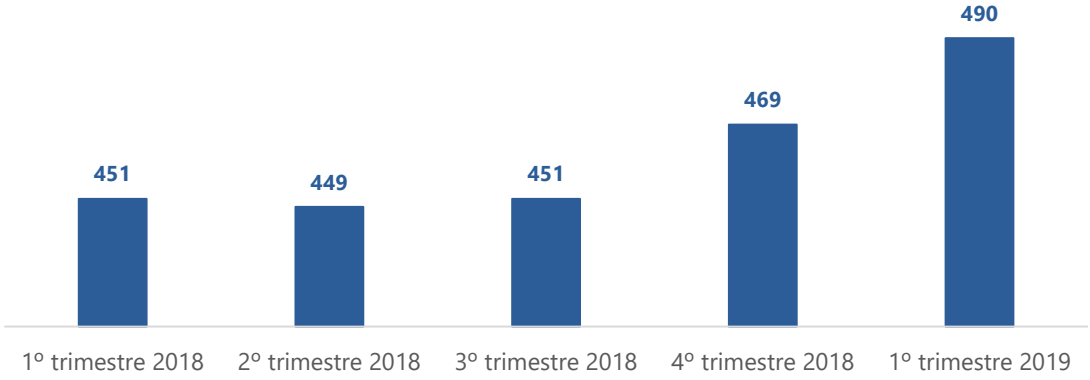
O total de pessoas ocupadas no Espírito Santo foi de 1,9 milhão no 1º trimestre desse ano, sendo que a maior parte, 1,2 milhão, são empregados. Chama a atenção o crescimento da quantidade de pessoas trabalhando por conta própria no estado, que totalizou 490 mil, número 8,8% superior ao registrado no mesmo trimestre do ano passado.

Para análise especificamente do mercado de trabalho formal, são utilizadas as informações contidas no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que fornece estatísticas mensais sobre a movimentação dos empregados com carteira assinada. Os dados de mês de abril de 2019 mostraram que o mercado de trabalho formal brasileiro segue em trajetória de recuperação. No acumulado de janeiro a abril de 2019, foram admitidas 5,5 milhões de pessoas e desligadas 5,2 milhões, o que gerou o saldo líquido[14] de +313,8 mil vagas celetista no país.

Somente no mês de abril, o saldo líquido no Brasil foi de +129,6 mil postos de trabalho, o que resultou na elevação do estoque de empregos com carteira assinada em 0,34%. Este resultado já era esperado dado o comportamento do mês de abril que, historicamente, possui saldo líquido positivo. As maiores criações de postos de trabalho ocorreram nos setores de serviços (+66,3 mil), indústria de transformação (+20,5 mil) e construção (+14,1 mil).

[14] Saldo líquido corresponde à diferença do número de pessoas admitidas e desligadas.

Gráfico 12 – Evolução da quantidade de ocupações por conta própria no Espírito Santo (em milhares)



Fonte: PNAD-C/IBGE
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Tabela 6 - Evolução do Emprego Formal no Brasil e Espírito Santo - Abril de 2019

Período	Brasil			Espírito Santo		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Abril de 2019*	1.374.628	1.245.027	**129.601**	28.189	25.308	**2.881**
Acumulado no ano (jan-abr/2019)**	5.529.457	5.215.622	**313.835**	117.906	108.840	**9.066**
Acumulado em 12 meses (mai/18 - abr/19)**	15.543.279	15.065.383	**477.896**	339.006	321.971	**17.035**

(*) Dados sem ajuste das declarações enviadas fora do prazo para a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.
(**) Séries ajustadas pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho com as declarações entregues fora do prazo.
Fonte: CAGED. Elaboração: Ideies/Sistema Findes.

Box 1 – Diferenças metodológicas entre CAGED e PNAD-C

As duas estatísticas de mercado de trabalho mais utilizadas no país são a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) do IBGE e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) da Secretária Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. Apesar de ambas retratarem o comportamento do mercado de trabalho, as duas fontes de informações são de natureza metodológica distinta.

A PNAD Trimestral (PNADC/T) tem como objetivo o fornecimento de informações sobre a inserção da população na força de trabalho, bem como a parcela da população fora da força de trabalho. As suas informações advêm de uma pesquisa amostral em domicílios desenhada para fornecer informações trimestrais. Ou seja, ela se baseia em declarações das pessoas entrevistadas. Por meio de um método estatístico, os resultados

da amostra são expandidos e estimados para representar a totalidade da força de trabalho na região pesquisada durante o período, independente da natureza do trabalho, se formal ou informal.

Ao contrário da PNADC/T, o CAGED é um registro administrativo que é alimentado todo mês pelos estabelecimentos formalmente registrados (CNPJ). De acordo com a legislação, toda empresa formal precisa informar mensalmente a Secretária Especial de Previdência e Trabalho a movimentação do quadro de seus funcionários. Dessa forma, as suas informações abrangem somente o emprego formal (com carteira assinada).

Glossário PNADC/T:

- **População em idade ativa**: pessoas de 14 anos ou mais.
- **População ocupada:** pessoas que trabalharam pelo menos uma hora ou que estavam temporariamente afastadas do trabalho na semana de referência da pesquisa.
- **População desocupada:** pessoas que estavam sem trabalho e tomaram alguma providência para consegui-lo no período de referência de 30 dias.
- **População na força de trabalho:** pessoas ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa.
- **Nível de ocupação:** Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.
- **Taxa de participação na força de trabalho:** Percentual de pessoas na força de trabalho na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

4. Desempenho Industrial

A produção da indústria nacional teve desacelaração em março deste ano, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal elaborada pelo IBGE.

No acumulado dos últimos 12 meses, foi registrada uma queda de -0,1%, mantendo a trajetória de perda de dinamismo iniciada em julho do ano passado.

Neste período, a produção da indústria extrativa reduziu em -0,4%, enquanto a de transformação permaneceu estável.

Em relação ao 1º trimestre de 2019 houve redução de -2,2% na produção da indústria brasileira, no comparativo com o mesmo período do ano passado.

Tanto a indústria extrativa (-7,5%) quanto a de transformação (-1,4%) contribuíram para esse resultado. A queda na indústria extrativa foi em decorrência das reduções nas produções de minérios de ferro e óleos bruto de petróleo.

Ainda na comparação trimestral, em todas as grandes categorias econômicas houve contração na produção industrial.

Com queda de -4,3%, os bens de capital registraram a maior variação negativa. Este resultado foi influenciado pela fabricação de equipamentos de transporte (-4,2%) e agrícolas (-5,3%).

Em relação a fevereiro de 2019, descontados os efeitos sazonais, a indústria brasileira caiu, em março, -1,3%, com redução de -1,7% na indústria extrativa e de -0,5% na indústria de transformação. Nas grandes categorias econômicas, apenas os bens de capital apresentaram variação positiva (0,4%) na análise mensal.

Tabela 7 – Variação (%) da Produção Industrial, Brasil – março 2019

Seções industriais (CNAE 2.0) e Grandes Categorias Econômicas	Mar. 2019 / Mar. 2018	Mar. 2019 / Fev. 2019*	Acumulada do Ano	Acumulada em 12 meses
Indústria geral	-6,1	-1,3	-2,2	-0,1
Indústria extrativa	-14,0	-1,7	-7,5	-0,4
Indústria de transformação	-5,0	-0,5	-1,4	0,0
Bens de Capital	-11,5	0,4	-4,3	3,6
Bens Intermediários	-4,4	-1,5	-2,0	-0,6
Bens de Consumo	-7,7	-2,0	-1,9	0,3
Bens de consumo duráveis	-15,8	-1,3	-3,4	2,9
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	-10,6	-1,1	-1,4	-0,1

Nota (*): com ajuste sazonal
Fonte: PIM-PF / IBGE
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Para o Espírito Santo, o desempenho industrial no acumulado dos últimos 12 meses foi de retração de -2,3% na produção física, com variação -2,1% na indústria extrativa e de -2,4% na indústria de transformação. Em relação às atividades, apenas metalurgia (3,2%) e fabricação de produtos alimentícios (1,9%) tiveram aumento neste período, mas que não foram suficientes para sobrepor as quedas das demais atividades pesquisadas.

No primeiro trimestre do ano, a indústria capixaba contraiu -8,5% em relação aos três primeiros meses de 2018, sendo influenciada, principalmente, pela redução da indústria extrativa (-10,0%).

Dos -8,5% de queda, a indústria extrativa contribuiu com -5,1 pontos percentuais (p.p.) na composição da taxa da indústria geral. A indústria de transformação, responsável por -3,4 p.p., foi formada por -3,2 p.p. da fabricação de celulose e papel, -0,4 p.p. da metalurgia e 0,2 p.p. de fabricação de produtos de minerais não metálicos.

O resultado da indústria geral foi motivado pelo desempenho negativo de todos os produtos pesquisados (óleos brutos de petróleo, gás natural e minérios de ferro pelotizados). Para a indústria de transformação, que também apresentou comportamento negativo na base trimestral (-7,0%), apenas a fabricação de produtos minerais não-metálicos teve aumento de produção física (2,5%).

Na comparação com o mês de março de 2018, a produção industrial foi negativa em -11,1% e refletiu as quedas nas produções físicas de todas as seções e atividades industriais pesquisadas.

A fabricação de celulose, papel e produtos de papel registrou redução intensa em todas as bases de comparações. De acordo com o relatório trimestral da empresa Suzano S.A.[15], foram realizadas, no primeiro trimestre de 2019, paradas programadas para manutenção em duas das três unidades da empresa no Espírito Santo. Além disto, a produtora de papel e celulose vem gerindo o seu nível de produção de acordo com os seus estoques, os quais estão acima do habitual.

Na passagem de fevereiro para março, ajustados os efeitos sazonais, a indústria capixaba teve um avanço de 3,6%, superando a média nacional (-1,3%).

[15] Ver mais em: http://ri.suzano.com.br/ptb/7577/13986_689049.pdf

Tabela 8 – Variação (%) da Produção Industrial, Espírito Santo - março 2019

Seções e atividades industriais (CNAE 2.0)	Mar. 2019 / Mar. 2018	Mar. 2019 / Fev. 2019*	Acumulada do Ano	Acumulada em 12 meses
Indústria geral	-11,1	3,6	-8,5	-2,3
Indústria extrativa	-8,2	11,5	-10,0	-2,1
Indústria de transformação	-13,9	-1,6	-7,0	-2,4
Fabricação de produtos alimentícios	-17,0	-0,4	-0,1	1,9
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-46,2	-7,9	-32,2	-9,3
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-1,1	2,1	2,5	-9,4
Metalurgia	-2,0	21,2	-2,4	3,2

Nota (*): com ajuste sazonal
Fonte: PIM-PF / IBGE
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Tabela 9 - Composição da taxa de crescimento (em p.p.) da indústria geral do Espírito Santo - março 2019

Seções e atividades industriais (CNAE 2.0)	Mar. 2019 / Mar. 2018	Acumulada do Ano	Acumulada em 12 meses
Indústria geral	-11,1	-8,5	-2,3
Indústria extrativa	-4,1	-5,1	-1,1
Indústria de transformação	-7,0	-3,4	-1,2
Fabricação de produtos alimentícios	-2,1	0,0	0,2
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-4,4	-3,2	-1,0
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-0,1	0,2	-0,9
Metalurgia	-0,4	-0,4	0,5

Fonte: PIM-PF/IBGE
Elaboração: Ideies/Sistema Findes

De acordo com os dados divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no mês de março a produção total de petróleo e gás (P&G) no Brasil atingiu o patamar de 3.261,35 milhares de barris de óleo equivalente por dia (Mboe/d). Isto corresponde ao aumento de 0,97% em relação ao mesmo mês do ano passado, e de 2,5% em comparação com fevereiro deste ano.

No Espírito Santo, a produção total de P&G chegou, em média, a 337,58 Mboe/d, o que representa queda de -15,27% em relação ao mesmo mês do ano passado, e aumento de 17,7% em relação ao mês anterior. Esta discrepância percentual, que se estende para os demais períodos de análise, se deve à base de comparação de fevereiro, que apresentou baixo nível de produção de P&G, relacionado ao rompimento de mangote P-58 da Petrobras[16].

Atualmente, o Espírito Santo é o terceiro maior produtor de P&G do Brasil, ficando atrás de Rio de Janeiro e São Paulo.

Tabela 10 - Variação (%) e Produção de Petróleo e Gás, Brasil e Espírito Santo - março 2019

Indicadores	Brasil			Espírito Santo		
	Gás Natural (MMm^3/d)	Petróleo (Mbbl/d)	Total (Mboe/d)	Gás Natural (MMm^3/d)	Petróleo (Mbbl/d)	Total (Mboe/d)
Produção	111,49	2.560,09	3.261,35	7,78	288,67	337,58
Variação (%) - mar.19/mar.18	4,22	-0,23	0,97	-9,61	-16,16	-15,27
Variação (%) - mar.19/fev. 19	1,22	1,39	2,49	18,41	17,58	17,7

Fonte: ANP
Elaboração: Ideies/Sistema Findes

[16] Veja mais em: https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/4406/ComunicadoOcorrencianaP58Portugues.pdf

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) do Brasil atingiu, em maio de 2019, o patamar de 56,5, indicando redução em relação ao mês anterior (58,4); apesar disto, os industriais permanecem confiantes. No Espírito Santo, o ICEI mensal chegou a 60,6, registrando -0,6 ponto a menos que abril. O resultado sinaliza otimismo do empresariado capixaba, ainda que a confiança tenha diminuído.

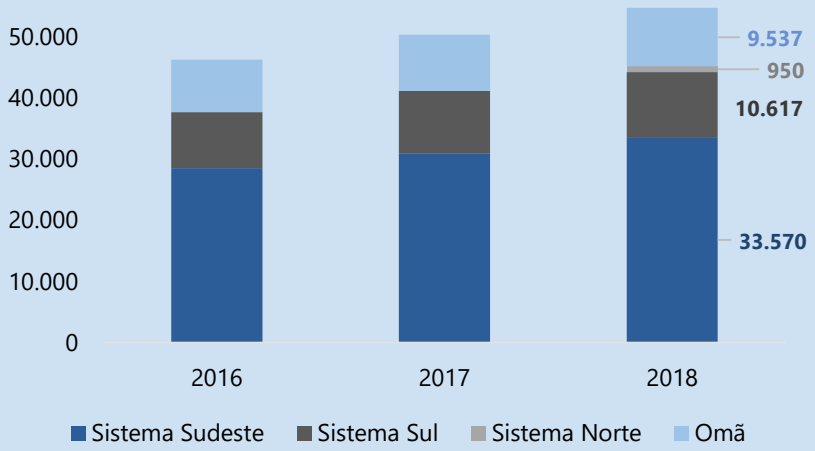
Box 2 – A produção de pelotas de ferro no Espírito Santo

O minério de ferro é uma das matérias-primas chave da metalurgia. Entretanto, sua utilização não se dá pela forma como é encontrado na natureza, necessitando, de ser processado industrialmente. Além de modificar o formato, o processo de beneficiamento em que o minério é remodelado influencia na concentração do teor de ferro em qualidade.

Durante este procedimento, os finos de minério que eram descartados, atualmente fazem parte do processo de produção. A partir da tecnologia desenvolvida na Suécia e Alemanha no século XX, estes finos podem ser aglomerados na forma de sínter ou de pelotas. Sendo assim, de acordo com o seu tamanho, o minério passa a ser ofertado em forma de três produtos – granulado, *sinter feed* (sínter) e *pellet feed* (pelotas) – e utilizados nos altos-fornos das siderurgias.

O Espírito Santo não possui minas de minério de ferro, entretanto, o processo de pelotização realizado pela Vale S.A.[17] ocorre, em sua maioria, no estado. O minério de ferro que é pelotizado no Espírito Santo é oriundo, principalmente, de Minas Gerais. Em 2018, aproximadamente 60,7% das pelotas de minério de ferro desta empresa foram produzidas nas usinas capixabas, as quais compõem o Sistema Sudeste[18], conforme denominado pela companhia. As demais pelotas foram produzidas entre as usinas localizadas no Sistema Norte (1,7%), no Sistema Sul (19,2%) e em Omã (17,2%)[19].

Gráfico 13 - Produção anual de pelotas de minério de ferro por sistemas da Vale S.A., em mil toneladas



Fonte: Vale S.A.
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

[17] A partir de 2015, com as paralisações das atividades da Samarco, a Vale S.A. passou a ser a única empresa a realizar o processo de pelotização no Espírito Santo.
[18] Metodologia de divisão territorial elaborada pela Vale S.A. disponível em: http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/reference-form/Documents/docs-pt/FR_2018_p.pdf
[19] A Vale anda conta com a utilização da capacidade de terceiros que corresponde a 1,1% da produção total de pelotas da empresa.

A Vale possui no Espírito Santo oito usinas de pelotização que, como dito anteriormente, compõem o Sistema Sudeste. Elas são nomeadas como: Tubarão 1 e 2, Itabrasco (Tubarão 3), Hispanobrás (Tubarão 4), Nibrasco (Tubarão 5 e 6), Kobrasco (tubarão 7) e Tubarão 8. É importante destacar que, em janeiro de 2018, a usina Tubarão 2 foi reativada e, em maio do mesmo ano, as atividades da Tubarão 1 também foram retomadas, o que impactou positivamente a produção de pelotas em 2018.

No primeiro trimestre de 2019, a produção de pelotas no Espírito Santo refletiu as consequências industriais do rompimento da barragem em Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019. Na passagem do último trimestre de 2018 para o primeiro de 2019, a produção de pelotas pela Vale caiu -14,6%, ao passo que, no comparativo com o mesmo período do ano passado, esta redução foi de -1,4%[20]. Além das paralisações das minas, este resultado também se deve às paradas programadas das plantas 3 e 7, e às interdições das usinas 1, 2, 3 e 4 pela Prefeitura de Vitória[21].

Tabela 11 - Variação (%) e Produção (em mil toneladas) de pelotas no Sistema Sudeste

Usinas de pelotização	Produção					Variação (%)		
	1T.19	4T.18	1T.18	2018	2017	1T.19 / 1T.18	1T.19 / 4T.18	2018 / 2017
Sistema Sudeste	**7.760**	**9.087**	**7.872**	**33.570**	**30.830**	-1,4	-14,6	8,9
Tubarão 1 e 2	1.166	1.214	536	3.750	-	117,5	-4,0	-
Itabrasco (Tubarão 3)	575	1.136	1.102	4.336	4.552	-47,8	-49,4	-4,7
Hispanobrás (Tubarão 4)	955	1.145	1.109	4.103	4.606	-13,8	-16,6	-10,9
Nibrasco (Tubarão 5 e 6)	2.186	2.405	2.295	9.270	9.615	-4,7	-9,1	-3,6
Kobrasco (Tubarão 7)	1.086	1.312	1.082	4.774	4.817	0,4	-17,2	-0,9
Tubarão 8	1.792	1.875	1.747	7.337	7.239	2,6	-4,4	-1,4

Fonte: Vale S.A.
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

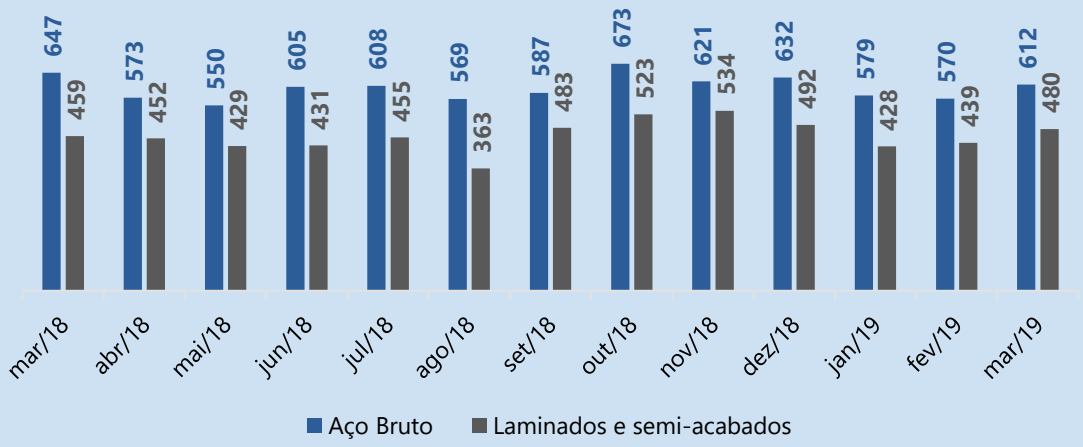
A metalurgia, segmento industrial responsável pela conversão de minérios de ferro e não ferrosos em produtos intermediários (como o aço), por conseguinte, acaba sendo impactada quando há algum evento significativo nas etapas anteriores da sua cadeia produtiva. Isto quer dizer que, quando a produção de minério de ferro é comprometida, pode haver efeitos sobre os demais elos da cadeia, como sobre a produção de aço, laminados, semiacabados e ferro-gusa.

De acordo com os dados do Instituto Aço Brasil, o país é um dos maiores produtores de aço bruto da América Latina. A produção nacional deste aço fundido atingiu o patamar de 8.390 milhares de toneladas (Mt) no primeiro trimestre de 2019. Este valor representa redução de -2,8% em relação ao primeiro trimestre de 2018. Especificamente para o mês de março, esta redução representa -8,6% contra o mesmo mês do ano anterior. A redução na produção também foi verificada para os produtos laminados, semiacabados e ferro-gusa nestas duas bases de comparação.

O Espírito Santo é o terceiro maior estado produtor de aço bruto e laminados e semiacabados no país, ficando atrás de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em março, a produção capixaba de aço bruto obteve 612 Mt e a de laminados e semiacabados alcançou 480 Mt. Em relação a março de 2018, houve redução do primeiro tipo de produto (-5,4%), e aumento do segundo (4,6%); em comparação com fevereiro, ambos os tipos aumentaram (7,45 e 9,6%, respectivamente).

[20] O fato da redução menos expressiva ocorrer no comparativo com o primeiro trimestre de 2018 se deve ao fato de que a usina Tubarão 2 ainda não havia sido reativada. No último trimestre daquele ano a quantidade produzida é superior, por todas as usinas estarem em atividade.
[21] Ver em: http://www.vale.com/PT/investors/information-market/Press-Releases/ReleaseDocuments/PREPORT1T19_p.pdf.

Gráfico 14 - Produção mensal de aço bruto e laminados e semiacabados no Espírito Santo, em mil toneladas



Fonte: Instituto Aço Brasil
Elaboração: Ideies/Sistema Findes

Seja na extração do minério de ferro, seja na sua utilização como insumo na indústria, toda a cadeia produtiva que envolve essas operações é de extrema importância para a economia. No Espírito Santo não é diferente. De acordo com o Panorama da Indústria do Espírito Santo[22], estas atividades estão intrinsecamente relacionadas com o momento de transição industrial pela qual o estado passou na década de 1970, e vem sendo de grande participação na economia capixaba desde então.

5. Comércio Exterior

O resultado das exportações brasileiras (US$ 72,0 bilhões), no acumulado do ano até abril, ficou -3,1% abaixo do realizado no mesmo período de 2018. A redução foi atrelada à menor comercialização dos produtos manufaturados (-10,1%), que detêm grande participação (36,5%) na pauta total do país.

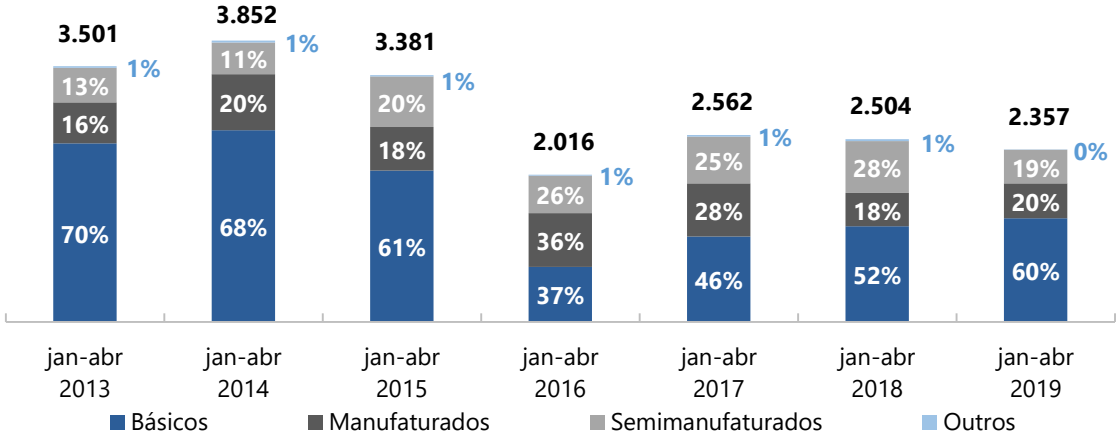
Para o Espírito Santo o cenário não foi diferente, as exportações apresentaram queda de -5,9% no acumulado de janeiro a abril de 2019, em comparação ao mesmo período de 2018, totalizando US$ 2,4 bilhões.

Esse impacto negativo está relacionado ao grupo de semimanufaturados (-35,5%), puxados, principalmente, pelos produtos de ferro ou aço não ligado e pastas químicas de madeira, que registraram quedas e são detentores de expressiva parcela dentre as exportações capixabas.

Os produtos minérios de ferro e concentrados e óleos brutos de petróleo se mantém nas duas primeiras posições com maiores participações na pauta exportadora capixaba, em que juntos alcançam quase 50% desse total. Vale destacar, que o minério de ferro perde comercialização em valores monetários, contudo, ainda é o principal produto da pauta, conforme dados da tabela abaixo.

[22] Confira a publicação completa em: https://ideies.org.br/wp-content/uploads/2018/12/panorama_da_industria_web.pdf

Gráfico 15 – Evolução da participação no total da exportação do Espírito Santo, segundo classes, US$ FOB milhões e % do total



Fonte: MDIC
Elaboração: Ideies/Sistema Findes

Tabela 12 – Identificação dos produtos com maior participação nas exportações do Espírito Santo, em US$ milhões - 2018 e 2019

	Descrição	2018[1]		2019[1]		(b) – (a)
		US$ mi	Part. (a)	US$ mi	Part. (b)	Var. em p.p.
1	Minérios de ferro e concentrados	785	31%	771	33%	1,3
2	Óleos Brutos de Petróleo	321	13%	394	17%	3,9
3	Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado	274	11%	177	8%	-3,4
4	Café não torrado em grão	82	3%	150	6%	3,1
5	Pastas químicas de madeira	307	12%	138	6%	-6,4
6	Outros granitos trabalhado	149	6%	132	6%	-0,3
7	Produtos semimanufaturados, de outras ligas de aços	96	4%	111	5%	0,9
8	Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado	58	2%	56	2%	0,1
9	Outras pedras de cantaria	29	1%	52	2%	1,1
10	Pimenta em Grão	40	2%	46	2%	0,4

[1] valores referentes ao acumulado de janeiro a abril
Fonte: MDIC
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

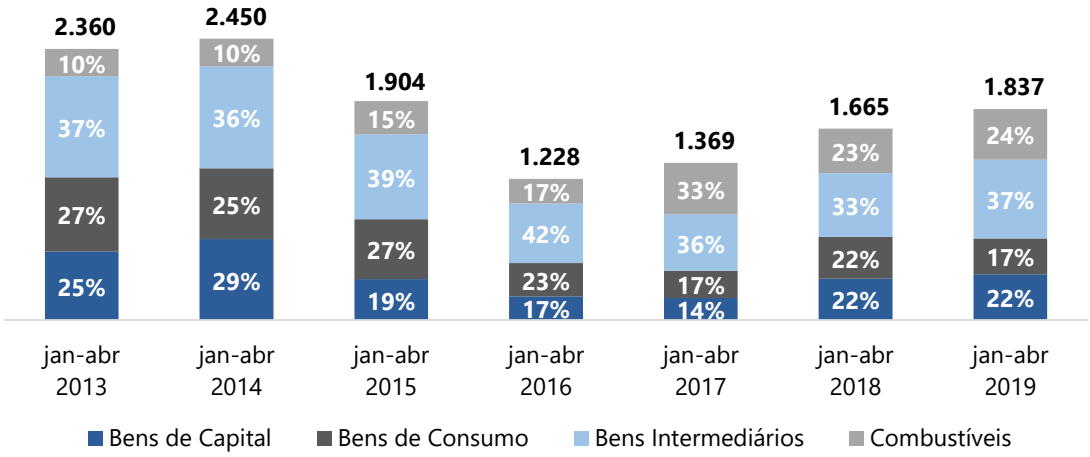
As importações brasileiras, no acumulado dos quatro primeiros meses do ano, ficaram levemente abaixo do realizado em igual período de 2018, com redução de -0,8%, totalizando US$ 55,7 bilhões. Essa trajetória é reflexo das quedas na importação de combustíveis (-10,3%) e bens de consumo (-4,9%).

No estado o movimento foi inverso e as importações avançaram 10,4%, no comparativo de janeiro a abril de 2019 em relação ao primeiro quadrimestre de 2018, alcançando um total de US$ 1,8 bilhão.

Com exceção da categoria dos bens de consumo, todas as outras ganharam participação no total das importações capixabas. O destaque ficou para bens intermediários que, além da maior participação na pauta importadora capixaba (37,3%), obtiveram o maior crescimento (+23,4%).

Desagregando os principais produtos importados para o estado verificam-se avanços relevantes na aquisição de coques com granulometria, torneiras e dispositivos semelhantes para canalizações e hulha. O produto que deteve maior redução na composição da pauta importadora foram os automóveis com motor a explosão, conforme tabela 11.

Gráfico 16 – Evolução da participação no total da importação para o Espírito Santo, segundo categorias econômicas, US$ FOB milhões e % do total



Fonte: MDIC
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Tabela 13 – Identificação dos produtos com maior participação nas importações para o Espírito Santo, em US$ milhões – 2018 e 2019

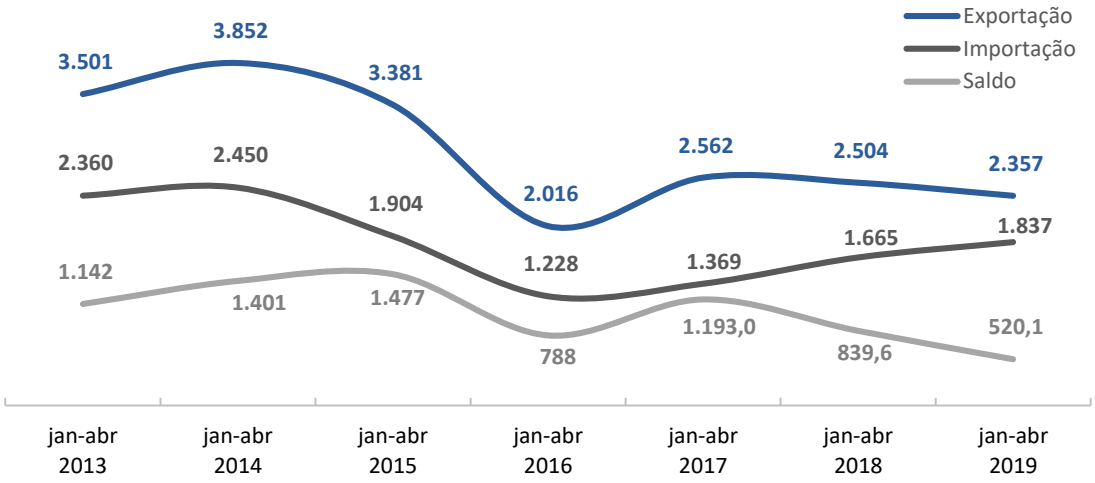
	Descrição	2018[1]		2019[1]		(b) – (a)
		US$ mi	Part. (a)	US$ mi	Part. %	Var. em p.p.
1	Hulha	290	17%	354	19%	1,9
2	Automóveis com motor a explosão	123	7%	91	5%	-2,4
3	Coques com granulometria	19	1%	61	3%	2,2
4	Outros equipamentos terminais ou repetidores	42	2%	61	3%	0,8
5	Torneiras e dispositivos semelhantes para canalizações	0	0%	60	3%	3,3
6	Aviões e outros veículos aéreos turbojato	22	1%	45	2%	1,1
7	Malte não torrado	18	1%	41	2%	1,1
8	Resíduos de alumínio	26	2%	35	2%	0,4
9	Aparelhos de comunicação (telefone e telegrafia)	16	1%	34	2%	0,9
10	Alumínio não ligado, em formas brutas	36	2%	27	1%	-0,7

[1] valores referentes ao acumulado de janeiro a abril
Fonte: MDIC
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

O saldo da balança comercial, diferença entre as exportações e as importações, foi superavitário tanto para o Brasil quanto para o Espírito Santo, em US$ 16,4 bilhões e US$ 520,1 milhões, respectivamente, no primeiro quadrimestre de 2019.

O resultado da balança comercial capixaba permanece abaixo (-38,0%) do ocorrido no mesmo período de 2018, fato explicado pelo avanço das importações (10,4%). O crescimento das importações não se restringiu apenas ao seu valor monetário, houve, também, a alta das quantidades adquiridas de bens, 13,9% a mais em toneladas, em relação ao acumulado até abril de 2018, totalizando 2,9 milhões de toneladas.

Gráfico 17 – Balança comercial do Espírito Santo, US$ FOB – milhões



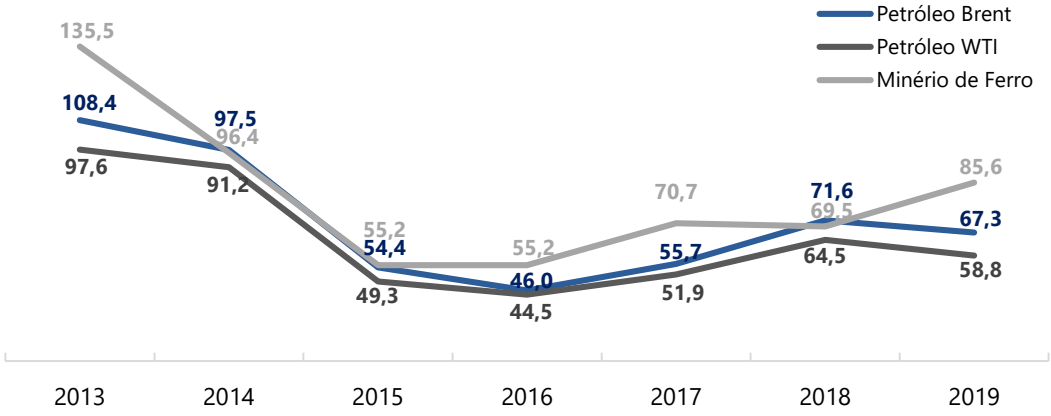
Fonte: MDIC
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Os preços das principais commodities brasileiras são índices importantes a serem acompanhados para verificação do desempenho do comércio exterior capixaba, devido à influência que exercem sobre as exportações e, consequentemente, no saldo da balança comercial.

O preço do minério de ferro mantém trajetória crescente, atingindo a média anual mais alta dos últimos 4 anos e se aproximando ao patamar registrado em 2014 enquanto as duas cotações de petróleo aumentam mensalmente, mas seguem com a média anual inferior ao período anterior.

As variações das principais commodities brasileiras, comparado com a média anual de 2018, foram de alta de 23,2% do minério de ferro e redução de -9,0% do petróleo WTI e -6,1% do petróleo Brent.

Gráfico 18 – Evolução das cotações das principais commodities brasileiras, em US$

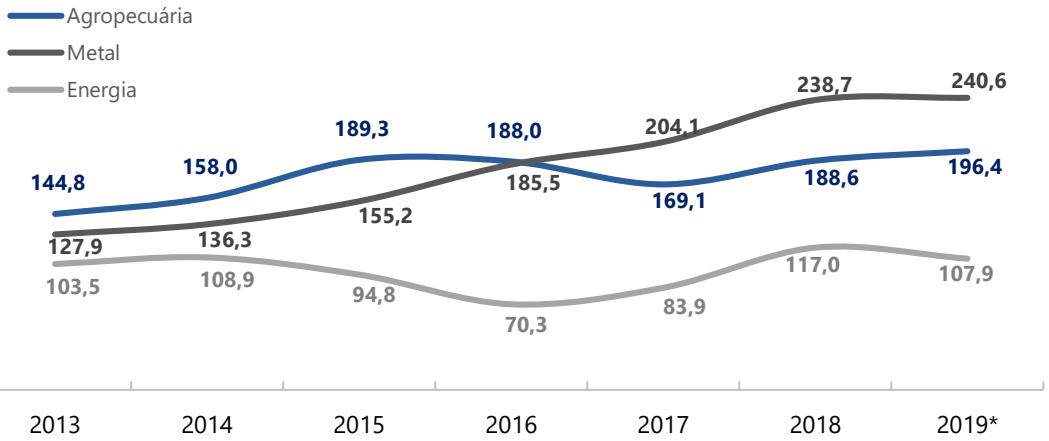


*última atualização abril/2019
Fonte: Investing
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Além do acompanhamento dos preços das commodities individualmente, destaca-se, também, o Índice de Commodities Brasil[23] (IC-Br), divulgado pelo BC, com o levantamento dos preços internacionais por meio de cestas com produtos específicos separados em três subgrupos.

O indicador IC-BR alcançou índice de 190,4 na média dos primeiros quatro meses de 2019, índice 0,7% acima do ocorrido em 2018. Ao separar esse indicador pelos seus subgrupos, observa-se crescimentos no agrupamento da agropecuária[24], com 4,1%, e metal[25], com 0,8%, seguindo o índice geral. Em oposição, apenas o indicador de energia[26] registrou queda de -7,8%, sob influência dos menores níveis das cotações de petróleo, como verificado no gráfico anterior.

Gráfico 19 – Evolução dos principais grupos de commodities brasileiras, média anual (2005 = 100)



* últimos dados até abril de 2019
Fonte: Bacen
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

6. Crédito

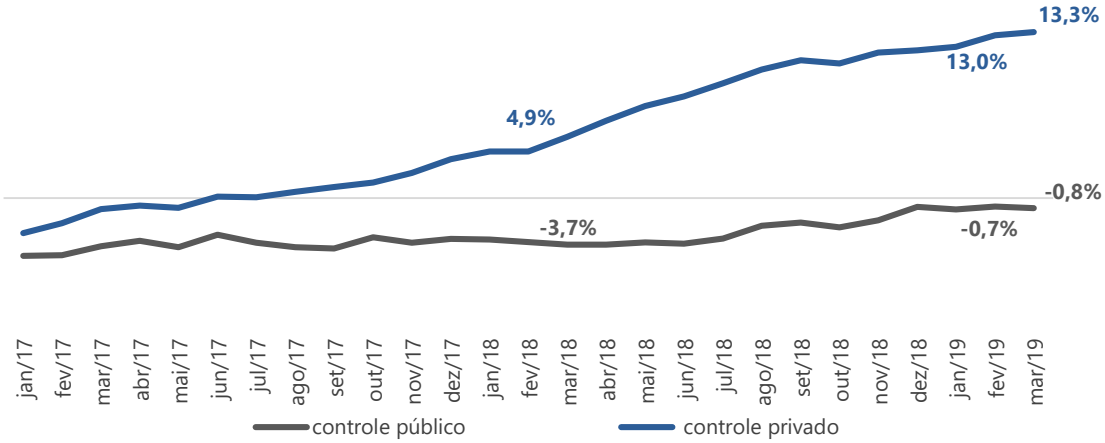
No primeiro trimestre de 2019, o crédito no Brasil apresentou expansão de 0,3%, por efeito da carteira de crédito às famílias, que cresceu 2,0%. Já o crédito para empresas recuou -1,7% no trimestre, rompendo com a trajetória positiva apresentada nos últimos três trimestres.

O saldo da carteira de crédito ficou em R$ 3,3 trilhões em março, valor 5,7% superior em comparação a março de 2018 e com crescimento de 0,7% em relação ao mês passado, resultado da expansão da oferta de crédito por parte das instituições financeiras privadas.

Em março, a participação dos bancos privados no saldo das operações de crédito cresceu 13,3% em 12 meses, totalizando R$ 1,6 trilhão. Em relação às instituições financeiras sob controle público, o volume de crédito se manteve praticamente no mesmo patamar de fevereiro.

[23] O indicador, IC-Br, é elaborado a partir, da média mensal, dos preços internacionais de commodities convertidos para reais, em busca de refletir a relevância de cada commodity para a dinâmica da inflação doméstica e captar os impactos proveniente das variações na taxa de câmbio.
[24] Composição: carne de boi, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, café, arroz, carne de porco, suco de laranja e cacau.
[25] Composição: alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo, níquel, ouro e prata.
[26] Composição: petróleo brent, gás natural e carvão.

Gráfico 20 – Variação (%) do saldo de operações de crédito das instituições financeiras, Brasil – em 12 meses



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Esta expansão do crédito, favorecida pela manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 6,5% a.a., tem contribuído para a expansão dos saldos positivos nas carteiras de crédito destinada às empresas e, por conseguinte, na ampliação dos investimentos da economia, ainda que a um ritmo moderado.

Tabela 14 – Variações (%) e saldos da carteira de crédito, por tipo de tomador – Brasil e Espírito Santo

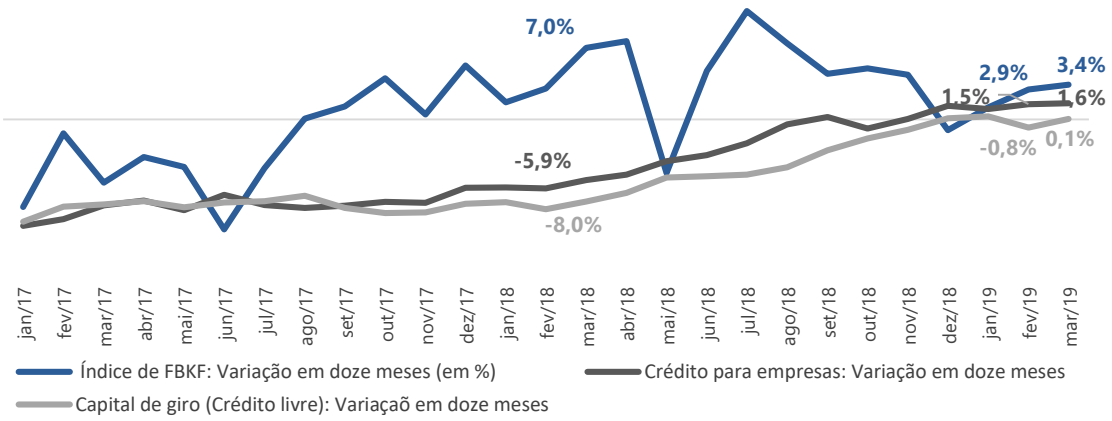
Saldo da Carteira de Crédito	Março / 2018			Fevereiro / 2019			Março / 2019			
	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Variação Trimestral (%)*	Saldo R$ (Bilhões)
Brasil										
Crédito Total	0,6	0,1	3.091,0	0,3	5,6	3.243,3	0,7	5,7	0,3	3.267,1
Pessoa Jurídica	0,8	-5,9	1.416,8	0,1	1,5	1.427,3	0,8	1,6	-1,7	1.439,4
Pessoa Física	0,6	5,8	1.674,3	0,5	9,1	1.816,0	0,6	9,2	2,0	1.827,7
Crédito Livre	1,4	3,6	1.593,5	0,5	11,6	1.753,5	1,4	11,5	1,1	1.777,2
Pessoa Jurídica	2,3	0,4	731,4	0,6	10,7	791,4	1,9	10,3	-0,9	806,7
Pessoa Física	0,6	6,4	862,1	0,4	12,3	962,0	0,9	12,6	2,8	970,5
Crédito Direcionado	-0,1	-3,4	1.497,5	0,1	-0,7	1.489,8	0,0	-0,5	-0,7	1.489,9
Pessoa Jurídica	-0,9	-11,8	685,4	-0,6	-8,0	635,8	-0,5	-7,7	-2,9	632,7
Pessoa Física	0,5	5,1	812,2	0,6	5,6	854,0	0,4	5,5	1,0	857,2
Espírito Santo										
Crédito Total	3,0	3,3	49,0	1,0	4,4	49,7	1,6	3,0	2,3	50,5
Pessoa Jurídica	6,4	3,4	21,1	2,0	1,6	20,2	3,4	-1,3	3,9	20,9
Pessoa Física	0,5	3,2	27,9	0,3	6,4	29,5	0,4	6,3	1,2	29,6

Nota: Variação ao mês, refere-se à comparação ao mês imediatamente anterior. Variação Interanual é a comparação do mês de referência contra o mesmo mês do ano anterior (variação em doze meses).
* Comparação de março/2019 em relação a dezembro/2018.
Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

De acordo com o indicador mensal de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)[27], calculado pelo Ipea, o nível de investimento na economia brasileira cresceu pelo terceiro mês consecutivo.

Os investimentos produtivos apresentaram uma expansão em 12 meses de 3,4% para o mês de março, constituindo uma trajetória de recuperação que também se observa no financiamento para capital de giro e na ampliação da carteira de crédito total para empresas, que teve alta de 1,6% no mesmo período.

Gráfico 21 - Carteira de crédito para empresas, indicador da FBCF (Investimentos) e capital de giro, Brasil, – Variação % em 12 meses

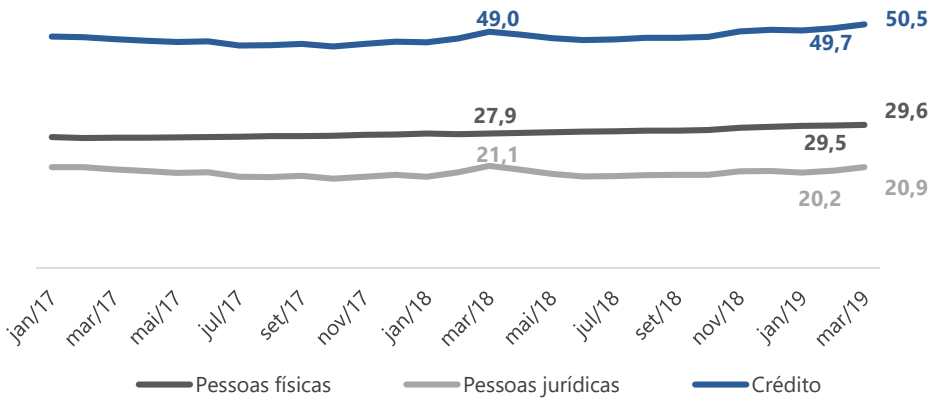


Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Em relação ao crédito destinado às famílias, em março houve altas na comparação com o mesmo período do ano anterior (+9,2%) e na variação mensal (+0,6%). Este comportamento foi semelhante ao de fevereiro nas mesmas bases de comparação.

Na análise estadual, o saldo das operações de crédito no Espirito Santo foi de R$ 50,5 bilhões em março, apresentando expansão trimestral (+2,3%), interanual +(3,0%) e mensal (+1,6%). A alta trimestral, foi produto de uma expansão generalizada nas carteiras de crédito; já o crescimento interanual foi puxado principalmente, pelo aumento do crédito às famílias (+6,3%) e, a ampliação mensal da carteira de crédito estadual foi decorrente do crédito para empresas (+3,4%).

Gráfico 22 – Saldo de Operações de Crédito, Espírito Santo - (R$ Bilhões)



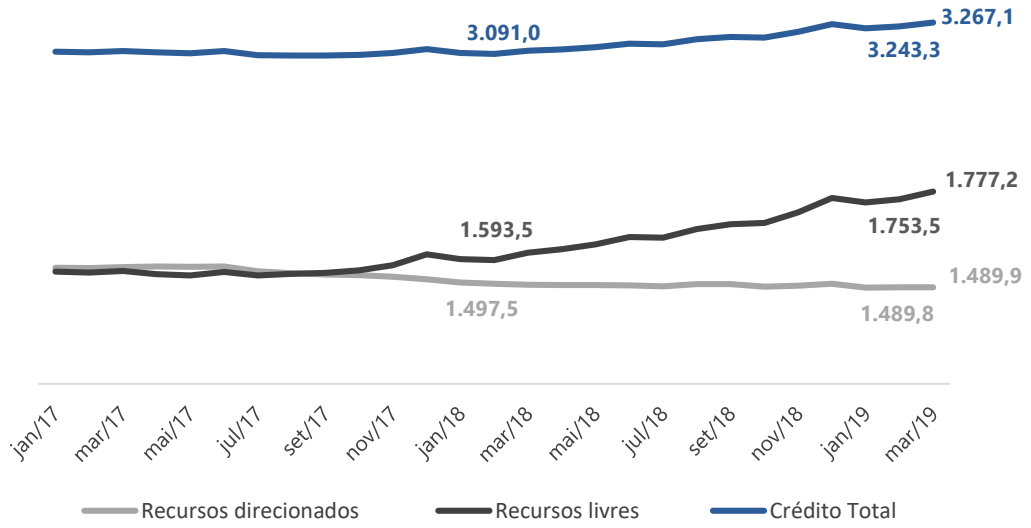
Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

[27] É um indicador que mede o comportamento da demanda doméstica de bens de capital através do cálculo da participação dos componentes de Consumo Aparente de Bens de Capital, Construção Civil e Outros na formação bruta de capital fixo total. Sobre o Indicador Ipea de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) é utilizada a série com ajuste sazonal. Veja mais em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/171117_cc_37_nt_indicador_fbcf.pdf

Quando visto o mercado de crédito nacional por tipo de segmento, o crédito para recursos livres teve alta interanual de 11,5%, com elevação nas carteiras de crédito familiar (+12,6%) nas modalidades de crédito rotativo, crédito pessoal, aquisição de veículos e cartão de crédito. Também houve aumento para as carteiras empresarias (+10,3%) correspondente às modalidades de desconto de duplicatas e recebíveis, aquisição de veículos, cartão de crédito e Adiantamento sobre contratos de câmbio (ACC).

Em relação à variação mensal, o crédito para recursos livres também apresentou expansão positiva de 1,4%, puxado, principalmente, pelas carteiras destinadas a empresas, nas modalidades anteriores.

Gráfico 23 – Saldos por segmento de crédito, Brasil (em R$ bilhões)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Já o crédito direcionado apresentou desaceleração em 12 meses, recuando -0,5%. Esta retração foi provocada pela queda do crédito direcionado a empresas, conforme Tabela 13, em que se observa redução do crédito rural, do financiamento imobiliário e do financiamento com recursos do BNDES destinado a empresas.

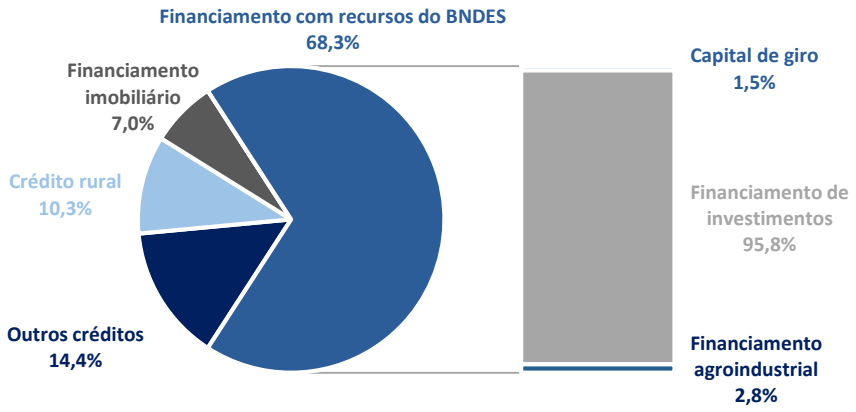
Em março de 2019, a participação do BNDES representou uma proporção significativa da parcela do crédito direcionado ao financiamento de investimentos, conforme apresentado no Gráfico 24.

Tabela 15 – Saldo (em R$ bilhões) e variações (%) do crédito com recursos direcionados para pessoas jurídicas, por modalidade - Brasil

Crédito Direcionado	Mar. 2018	Fev. 2019	Mar. 2019	Variação mensal	Variação interanual
Financiamento com recursos do BNDES total	466,9	433,4	432,1	-0,3%	-7,5%
Crédito rural total	72,1	66,7	65,5	-1,9%	-9,2%
Financiamento imobiliário total	56,3	44,8	44,2	-1,2%	-21,4%
Outros créditos	90,1	91,0	90,9	-0,1%	0,9%

Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 24 – Composição do saldo da carteira de crédito com recursos direcionados Pessoas Jurídicas – março de 2019

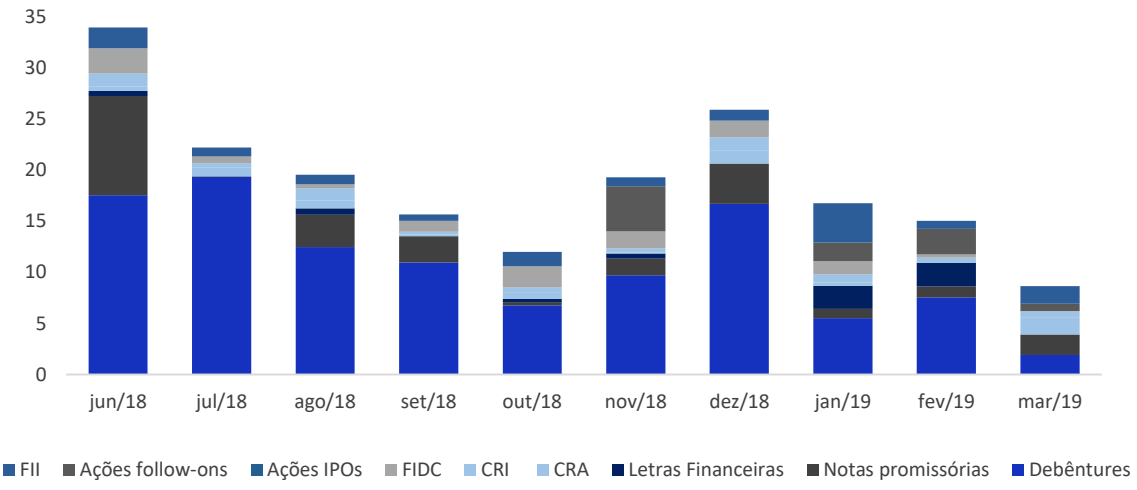


Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

O decrescimento do saldo da carteira de credito direcionado para pessoas jurídicas está relacionado, não só pela menor participação apresentada pelas instituições financeiras sob controle público, conforme visto, mas também pela nova dinâmica das empresas que buscam diversificar fontes de financiamento para suas atividades no mercado exterior e, principalmente, no mercado de capitais[28].

Este processo de substituição do mercado de crédito direcionado para o mercado de capitais, por parte de pessoas jurídicas, pode ser observado pelo aumento dos títulos de dívidas das empresas privadas retratado na evolução crescente das emissões de debêntures.

Gráfico 25 - Emissões Domésticas - Mercado de Capitais – Volume (em R$ Bilhões)[29]



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

[28] Veja mais em: https://ideies.org.br/wp-content/uploads/2019/05/BEC-abril.pdf

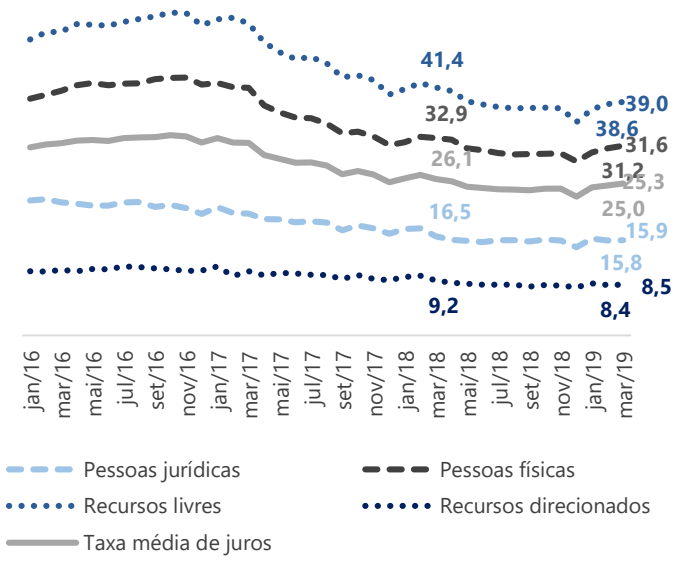
[29] Estes instrumentos do mercado de capitais podem ser classificados em três tipos de ativos: Os Ativos Híbridos, que compreendem os Fundos Imobiliários (FII); Os Ativos de renda variável compostos pelas Ações IPO's e as Ações follow-ons; e os Ativos de Renda Fixa que contêm as Debentures, as Notas Promissórias, as Letras Financeiras, CRA, CRI e FIDC.

No que se refere à taxa média de juros da economia, o mês de março registrou uma redução de -0,8 p.p. em relação ao mesmo período do ano passado, ficando em 25,3% ao ano. Este comportamento também foi verificado para as taxas de juros interanuais destinadas às empresas, às famílias e para as modalidades de crédito livre e direcionado.

Entretanto, quando analisada a variação mensal, houve altas em pontos percentuais para todas as categorias.

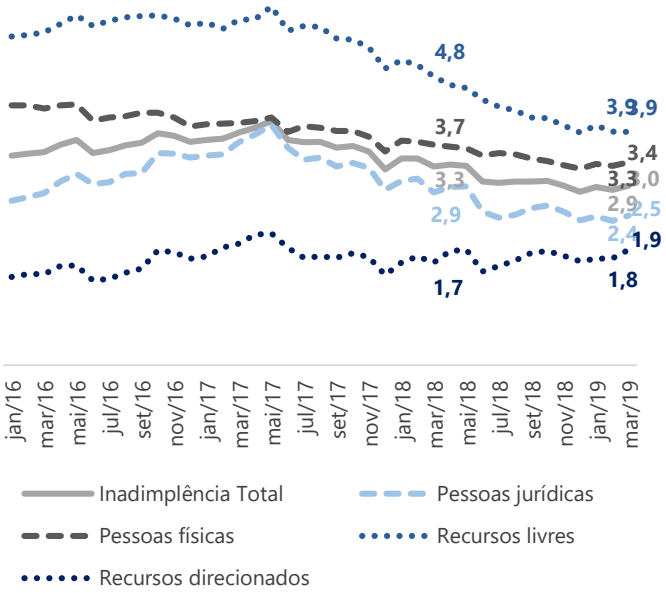
A taxa de inadimplência da carteira de crédito nacional, apresentou uma desaceleração de -0,3 p.p. em comparação a março de 2018. Em geral, o país apresentou contração na maioria dos indicadores de inadimplência, à exceção da taxa de inadimplência para recursos direcionados. Por outro lado, os indicadores de inadimplência registraram aumento na variação mensal, mesmo movimento da taxa de juros.

Gráfico 26 – Taxa média de juros, por tipo tomador e por tipo de recurso - Brasil (% a.a.)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 27 – Taxa de Inadimplência por tipo de tomador e tipo de recurso – Brasil (%)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

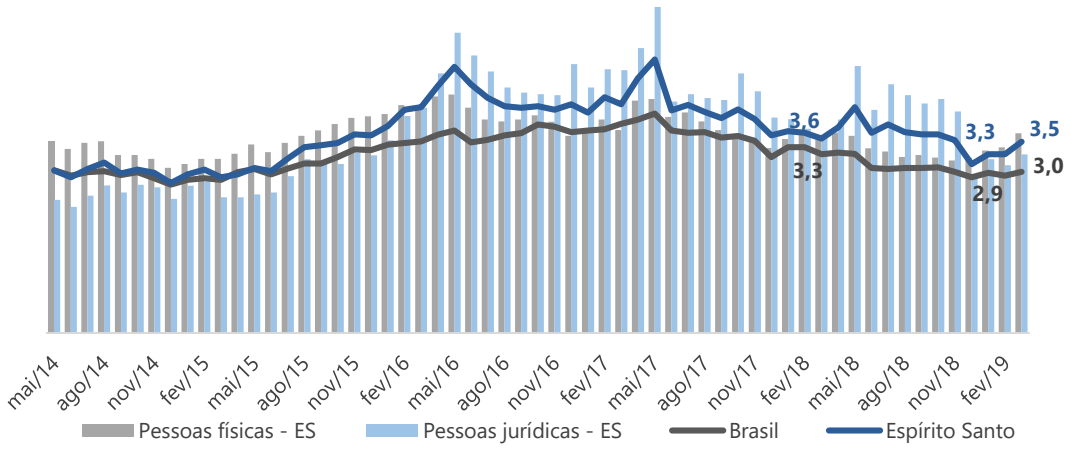
No Espírito Santo, a taxa de inadimplência apresentou dinâmica similar à taxa de inadimplência nacional, com diminuição de -0,1 p.p. em comparação a março de 2018, consequência da contração da inadimplência das operações de crédito empresarial.

De forma geral, observa-se que o comportamento da taxa de inadimplência do estado continua com trajetória acima da nacional.

Em relação ao spread bancário no Brasil das operações de crédito, houve contração generalizada por tipo de cliente e por tipo de recursos em 12 meses, que foi acompanhada pela queda das taxas de juros e das taxas de inadimplência interanuais.

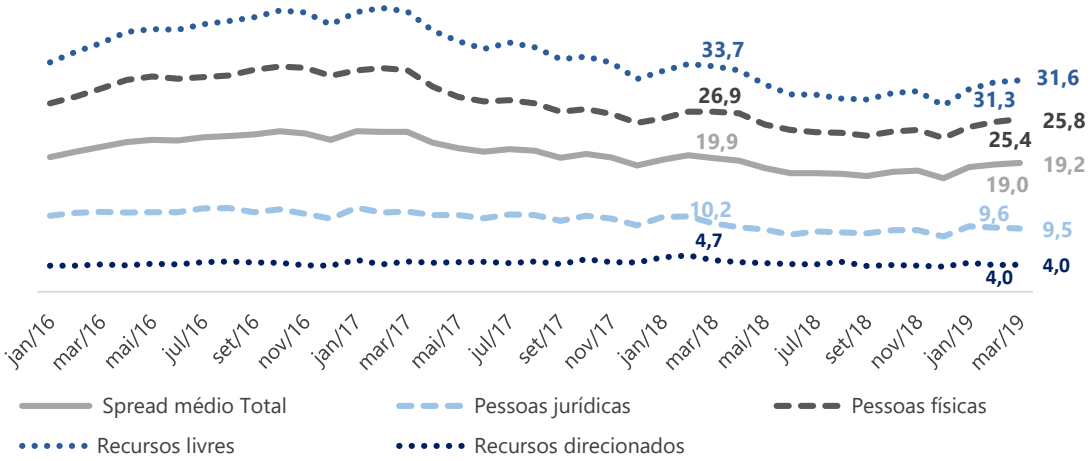
Na análise mensal, o spread se expandiu, tanto devido à alta para as operações destinadas a pessoas físicas, quanto pelo aumento do spread no segmento de recursos livres.

Gráfico 28 – Taxa de Inadimplência total – Espírito Santo e Brasil (%)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 29 – Spread médio, por tipo de tomado e por tipo de recurso - Brasil (%)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Com isso a maioria dos indicadores do custo de empréstimos e financiamentos apresentaram desaceleração nas variações interanuais, no entanto, houve comportamento expansivo nas taxas mensais, ou seja, na comparação março de 2019 com fevereiro de 2019.

A análise das taxas média de juros cobradas pelas instituições financeiras do varejo permite investigar os dados mais atuais para as diferentes modalidades de empréstimos bancários, conforme a tabela 14.

As taxas de juros cobradas sobre as operações financeiras na modalidade de desconto de duplicatas, apresentaram diminuição de -1,4 p.p. e -0,1% p.p., respectivamente. Por outro lado, destaca-se que as taxas de juros cobradas nas outras modalidades analisadas tiveram alta nas mesmas bases de comparação.

Em relação ao Banestes, houve queda de -0,7 p.p. nas taxas de juros cobradas para as operações financeiras de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC). No entanto, as outras modalidades de financiamento apresentaram alta nas taxas médias de juros ao ano.

Tabela 16 - Taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras do varejo - Pessoa Jurídica
Período Analisado: de 02/05/2019 a 08/05/2019

Instituição	*Capital de Giro até 365 dias*		*Capital de Giro superior 365 dias*		*Conta Garantida*		*Desconto de Duplicatas*		*Adiantamento sobre Contrato Câmbio*	
	% a.m.	*% a.a.*	*% a.m.*	*% a.a.*	*% a.m.*	*% a.a.*	*% a.m.*	*% a.a.*	*% a.m.*	*% a.a.*
Banco do Brasil	1,1	13,3	1,2	15,6	2,4	32,3	1,5	20,1	0,3	3,8
Caixa Econômica	2,7	37,6	1,7	22,4	-	-	2,8	38,4	0,6	7,8
Santander	2,9	41,5	1,8	24,3	3,7	53,8	1,5	19,2	0,3	4,1
Itaú-Unibanco	1,8	23,1	1,9	25,3	3,4	48,5	1,8	23,9	0,5	5,6
Bradesco	1,9	25,6	1,7	22,1	3,5	50,5	1,4	18,6	0,4	4,7
Banestes	-	-	2,4	33,2	3,0	41,7	2,5	34,3	0,6	7,0
Média Total	2,1	28,2	1,7	21,9	3,2	46,3	1,8	24,0	0,4	5,2
Variação Banestes*	**-**	**-**	**0,4**	**5,4**	**0,4**	**7,0**	**0,1**	**0,8**	**0,0**	**-0,7**
Variação média total*	**0,1**	**1,6**	**0,0**	**0,1**	**0,1**	**1,1**	**-0,1**	**-1,4**	**0,1**	**0,7**

* Variação de p.p. em comparação com as taxas do período de 01/04/2019 a 05/04/2019
** Para o período em questão o banco Banestes não apresentou registros nesta modalidade.
Fonte: Instituições Financeiras / Banco Central
Elaboração: Depecon / Fiesp & Ideies / Sistema Findes

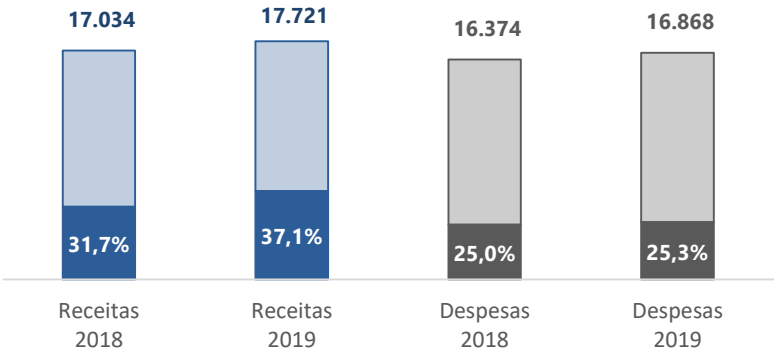
7. Finanças Públicas Estaduais

O fechamento dos dados das finanças estaduais dos quatro primeiros meses, que representam um terço do ano transcorrido, mostra a evolução das receitas públicas do Governo do Estado em níveis e em ritmo bastante superiores à trajetória das despesas.

Na comparação entre o primeiro quadrimestre de 2019 e o mesmo período do ano anterior, a receita cresceu R$ 1,16 bilhão, ou 21,5%, enquanto as despesas se ampliaram em R$ 187 milhões, ou 4,6%, descontados os efeitos da inflação do período.

Desta forma, o montante das receitas, que soma R$ 6,57 bilhões até o fim de abril, representa 37,1% do total esperado para o ano. No caso das despesas, o primeiro quadrimestre acumulou R$ 4,27 bilhões, o equivalente a 25,3% do total previsto para 2019.

Gráfico 30 - Receitas e despesas orçadas para o ano (em R$ milhões) e total realizado no primeiro quadrimestre (em %) - Governo do Espírito Santo, 2018 e 2019



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de Abril/2019
Nota 2: Despesas liquidadas
Fonte: Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Tabela 17 - Receitas e Despesas do Governo do Espírito Santo - 2018 e 2019 (em R$ milhões)[1]

Receitas e despesas[2]	Jan - Abr 2018 (a)	Jan - Abr 2019 (b)	Variação (R$) 2019-2018 (b) - (a)	Variação (%) 2019/2018 (b) / (a)	Previsão 2019 (c)	Realizado 2019 (d) = (b) / (c)
Receita Total	**5.407**	**6.572**	**1.165**	**21,5**	**17.721**	**37,1**
Receita Tributária	4.044	4.435	391	9,7	11.859	37,4
ICMS Total	3.452	3.707	255	7,4	9.874	37,5
ICMS - Comércio	668	734	66	9,9	1.888	38,9
ICMS - Indústria	576	585	9	1,6	1.351	43,3
Demais Receitas Tributárias	592	728	135	22,8	1.985	36,7
Transferências Correntes	1.717	1.749	32	1,8	5.012	34,9
FPE	516	551	35	6,8	1.357	40,6
IPI	79	67	-12	-14,9	202	33,3
Royalties e Part. Especiais	477	531	54	11,4	1.589	33,4
Demais Transf. Correntes	645	599	-46	-7,2	1.865	32,1
Demais Receitas	1.353	2.256	904	66,8	5.693	39,6
(-) Deduções da Receita	-1.707	-1.867	-161	9,4	-4.844	38,6
Despesa Total	**4.088**	**4.275**	**187**	**4,6**	**16.868**	**25,3**
Pessoal e Encargos Sociais	2.717	2.820	103	3,8	10.234	27,6
Investimentos	102	103	1	1,1	1.367	7,6
Demais Despesas	1.268	1.352	83	6,6	5.267	25,7

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de Abril/2019
Nota 2: Despesas liquidadas
Fonte: Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

O mês de abril trouxe grande ampliação na arrecadação por conta de duas receitas de capital não recorrentes que entraram nos cofres estaduais. A primeira delas se deu na forma de operação de crédito, no montante de R$ 87,1 milhões, obtidos como financiamento junto ao BNDES no âmbito do Programa Especial de Apoio aos Estados (PROPAE). Como comparação, o total das receitas de operações de crédito durante todo o ano de 2018 somou apenas R$ 61,3 milhões de reais. Os recursos do PROPAE deverão ser destinados a novos investimentos no estado.

Outra receita de porte ainda maior foi recebida pelo Estado em abril, por conta do acordo para encerramento da controvérsia envolvendo os campos de petróleo e gás que integram o Parque das Baleias. Com a unificação dos campos[30], assinada no mês passado, o Governo do Estado deverá receber um valor retroativo que somará R$ 1,57 bilhão em quatro anos[31].

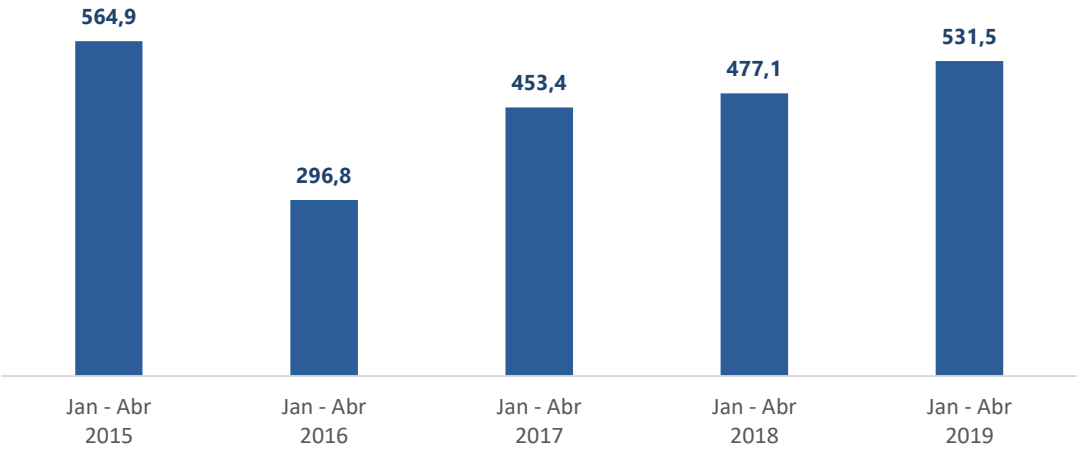
Em abril a primeira parcela entrou nos cofres estaduais somando R$ 614 milhões, a título de transferência de capital da União. Além disso, a partir do acordo, é esperada uma ampliação no montante de recursos que já são recebidos regularmente como Participação Especial pelo estado.

As receitas do petróleo, que englobam as participações especiais e os royalties, elevaram-se em 11,4% em relação aos quatros primeiros meses de 2018, alcançando exatamente um terço da arrecadação esperada para o ano até aqui. Com o esperado aumento das participações especiais a serem recebidas nas parcelas trimestrais de maio, agosto e novembro, é provável que as receitas do petróleo de 2019 superem o valor inicialmente orçado pelo Governo do Estado.

[30] O acordo assinado entre ANP e Petrobras põe fim a um imbróglio sobre o Parque das Baleias que se arrastava desde 2014. Assim, o Campo de Jubarte passa a se chamar Novo Campo de Jubarte e ganha novo contorno, abrangendo as áreas de Jubarte, Baleia Azul, Baleia Franca e partes de Cachalote e Pirambu, na Bacia de Campos. Veja mais em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-04/acordo-entre-anp-e-petrobras-da-novo-contorno-ao-campo-de-jubarte

[31] O Governo do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa o projeto de lei n° 279/2019 para criação de um Fundo Estadual para o Financiamento de Obras e Infraestrutura Estratégica para o Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, que receberá os recursos retroativos referentes ao acordo do Parque das Baleias. Além disso, também tramita na Assembleia o projeto de lei complementar n° 20/2019, com a proposta de criação do Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo – FUNSES, que será formado, principalmente, por percentual sobre as receitas provenientes de royalties e participação especial de petróleo e gás natural.

Gráfico 31 - Receitas do Petróleo - Governo do Espírito Santo (em R$ milhões)

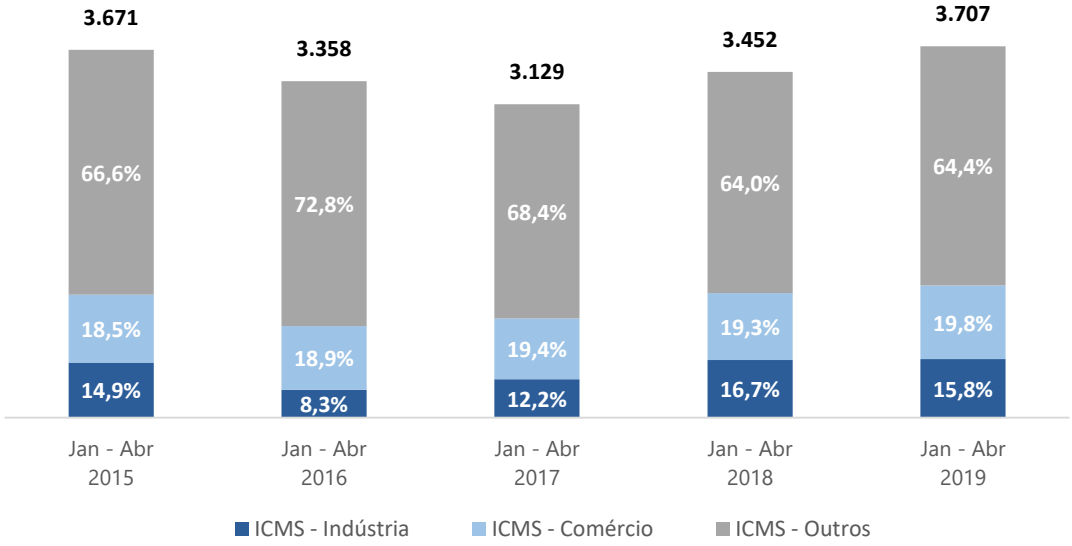


Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de Abril/2019
Nota 2: inclui royalties e participações especiais
Fonte: Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

O ICMS oriundo das atividades comerciais totalizou R$ 734 milhões para o estado, evolução de 9,9% em comparação ao ano anterior, enquanto as atividades industriais proporcionaram uma receita de ICMS de R$ 585 milhões, ampliando-se em 1,9% em termos reais. Proporcionalmente, o ICMS Indústria perdeu participação no bolo total de ICMS arrecadado, passando de 16,7% no primeiro quadrimestre de 2018 para 15,8% em 2019.

Chama atenção que as demais receitas tributárias tenham apresentado uma significativa evolução de 22,8% na comparação com o ano passado. Grande parte disso se deve à arrecadação do IPVA, que teve ampliação de cerca de 47% no período. No entanto, este fato foi influenciado por uma mudança no calendário de pagamento do imposto, já que em 2018 os vencimentos da cota única ou 1ª cota foram divididos entre os meses de abril e maio, enquanto em 2019 foram todos concentrados em abril. Ao longo dos próximos meses essa diferença de arrecadação do IPVA entre mesmos períodos dos dois anos deve se reduzir, sendo totalmente comparáveis a partir de agosto.

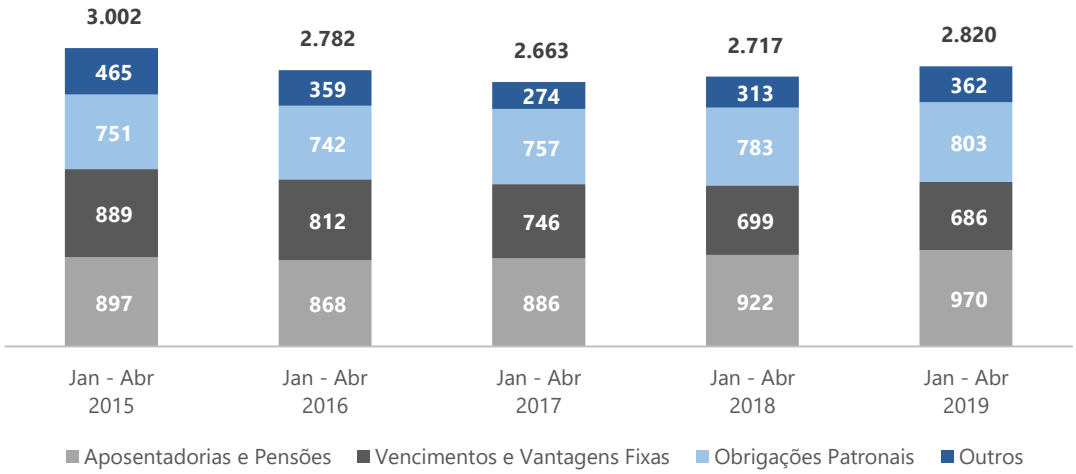
Gráfico 32 - Receitas de ICMS, em R$ milhões e participação (%) por setor – Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de Abril/2019
Fonte: Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Observando a evolução das despesas, o destaque recai sobre os gastos com pessoal e encargos sociais, que representam 66,0% da despesa total no primeiro quadrimestre. O montante total de R$ 2,82 bilhões despendidos nesse agrupamento 3,8% em relação aos quatro primeiros meses de 2018, porém, com ampliação de 5,2% na despesa com aposentados e inativos e redução de -1,9% com salários dos funcionários ativos.

Gráfico 33 – Despesas com pessoal e encargos sociais (em R$ milhões) – Governo do Espírito Santo

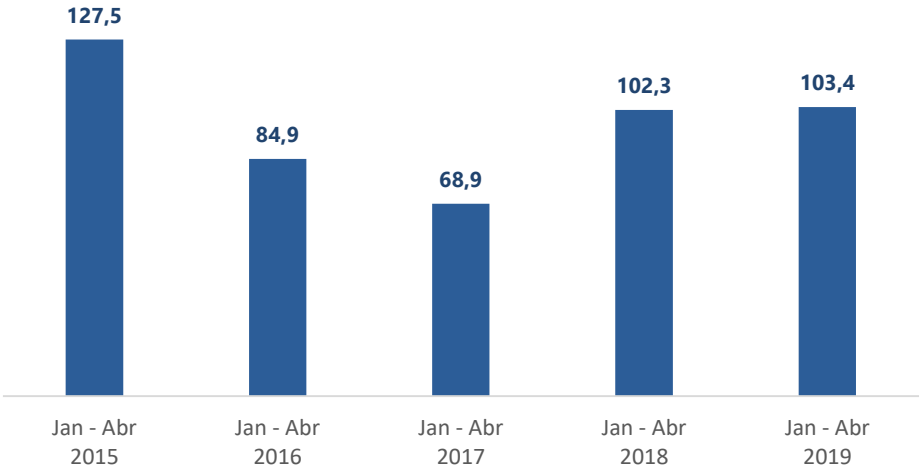


Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de Abril/2019
Fonte: Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

No campo dos investimentos, despesa de capital importante para os governos, o cenário do primeiro quadrimestre é praticamente idêntico ao do mesmo período do ano passado. Em 2019, houve aumento de apenas 1,1% nos investimentos realizados entre janeiro e abril no Espírito Santo.

Em relação ao total orçado na Lei Orçamentária Anual os investimentos têm, dentre as principais despesas analisadas, o menor percentual de realização até o momento. Transcorrido um terço do ano, foram efetivamente liquidados apenas 7,6% dos gastos totais previstos para esta rubrica em 2019. Esse ritmo mais lento, no entanto, é mais usual no começo do ano e, sobretudo, em inícios de governo.

Gráfico 34 – Despesas com Investimentos (em R$ milhões) – Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de Abril/2019
Fonte: Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

8. Comentários Finais

No campo macroeconômico o mês de maio registrou a manutenção da taxa Selic no patamar de 6,50% ao ano, após reunião do Comitê de Política Monetária. As últimas semanas têm sido de queda na previsão do crescimento do PIB para 2019, em decorrência dos resultados da atividade econômica de 2018 e do começo deste ano, que têm vindo abaixo do esperado e culminaram com a queda de -0,2% no PIB do primeiro trimestre, na comparação com o fechamento de 2018. Foi a primeira variação trimestral negativa desde o último trimestre de 2016.

Em que pese a visão de alguns analistas do mercado que, diante das expectativas de inflação dentro da meta e economia morna, já seria hora de um novo corte na taxa básica de juros, o Copom a manteve estável. O Comitê permanece atento às oscilações do mercado externo e acompanhando as expectativas (voláteis) em relação à agenda de reformas nacionais.

O IPCA acumulado em 12 meses para o mês de abril ultrapassou o centro da meta de inflação, chegando a 4,94% no Brasil e 5,02% na Região Metropolitana da Grande Vitória. Os preços administrados têm tido maior peso no estado do que no país.

Os dados do mês de março mostram que a atividade econômica nacional vem apresentando quedas mensais em 2019, o que culminou na queda de -0,2% no PIB nacional no primeiro trimestre, quando comparado ao fechamento de 2018. Foi a primeira queda depois de oito trimestres de crescimento positivo.

O indicador de atividade econômica do Espírito Santo acumula desempenho melhor no acumulado em 12 meses (3,11%, contra 1,05% para o Brasil), segundo os indicadores do Banco Central.

Em relação à produção física da indústria nacional, medida pela PIM-PF do IBGE, o mês de março registrou queda nos indicadores da indústria geral, extrativa e de transformação em praticamente todas as bases de análise. No caso do Espírito Santo, os indicadores acumulados e comparativos ao ano passado também seguem negativos, mas a indústria capixaba cresceu no mês de março em comparação a fevereiro, influenciada pela alta na produção de petróleo e gás natural do período.

O mercado de crédito brasileiro acumula um crescimento de 0,3% no primeiro trimestre deste ano, quando comparado ao fechamento do ano anterior. Para o Espírito Santo essa taxa é de 2,3%. No entanto, em relação às taxas médias de juros nacionais, o mês de março registrou alta na comparação com fevereiro, assim como o spread bancário e taxa de inadimplência.

No comércio exterior, considerando os resultados acumulados entre janeiro e abril de 2019, o Brasil e o estado apresentaram queda no volume de exportações em relação ao mesmo período do ano anterior. As importações nacionais também registraram leve retração, enquanto o indicador capixaba somou alta de 10,4% no quadrimestre, com destaque para os bens intermediários.

A balança comercial segue positiva nos primeiros quatro meses do ano, tanto para o Brasil (US$ 16,4 bilhões) quanto para o Espírito Santo (US$ 520,1 milhões).

As finanças públicas estaduais do primeiro quadrimestre do ano mostram alta significativa das receitas do Governo do Estado, influenciada também por receitas extraordinárias registradas no mês de abril. A trajetória das despesas, por sua vez, segue com crescimento mais controlado, incluindo os investimentos públicos.

No campo político o mês de maio foi movimentado e marcado, principalmente, por grandes manifestações populares. A primeira delas teve característica de oposição ao Governo Federal, pautada, sobretudo, contra o contingenciamento do orçamento das universidades federais anunciado pelo Ministério da Educação. Em seguida, foi a vez da parte da população mais alinhada ao governo ir às ruas em favor da agenda de reformas que segue com dificuldade de ganhar tração no Congresso Nacional, em especial a Reforma da Previdência. Conforme exposto na seção destaque deste Boletim, a reforma proposta pela equipe do Ministério da Economia é bastante ampla e afeta o interesse de muitos grupos organizados, que têm capacidade de pressionar o Congresso e deverão ser outra força de resistência na oposição política que tenta retardar a aprovação da matéria. No entanto, vale ressaltar que o amadurecimento do debate público sobre a reforma nos últimos anos suscita uma percepção de criação gradual de certo consenso sobre a sua necessidade, importância e urgência.

BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação do Ideies – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo

ISSN 2595-9247

Entidade do Sistema Findes | Gerência de Estudos Econômicos

Revisão
Marcelo Barbosa Saintive
Silvia Buzzone de Souza Varejão

Elaboração

Seção Destaque – Rodrigo Taveira Rocha
Cenário Econômico – Mayara Lyra Bertolani
Mercado de Trabalho - Thais Maria Mozer
Desempenho Industrial – Jordana Teatini Duarte
Comércio Exterior – Taíssa Farias Soffiatti
Crédito – Balmore Alírio Cruz Aguilar
Finanças Públicas Estaduais – Rodrigo Taveira Rocha
Comentários Finais – Rodrigo Taveira Rocha

(27) 3334-5689 | ideies.org.br | @ideies | (27) 98818-2897

IDEIES

FINDES
CINDES
SESI
SENAI
IEL
IDEIES

Sistema FINDES